



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

No ano de 2011, a EDP Bandeirante prosseguiu com a sua atuação sustentável junto aos acionistas, clientes, colaboradores e à sociedade em geral, com foco na qualidade e na obtenção de resultados.

A evolução econômica do país em 2011 apresentou sinais de acomodação, traduzindo-se em um crescimento de 3,0% no consumo de energia elétrica face a 2010 no mercado de concessão. A repercussão da crise mundial no mercado brasileiro impactou o setor industrial, que apresentou crescimento de 1,0% comparado ao ano anterior. No período, a base de clientes foi incrementada com cerca de 42 mil novos clientes, em sua grande maioria nos setores residencial e comercial.

Resultados Financeiros

A receita operacional líquida atingiu R\$ 2.410,6 milhões, 6,7% superior ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA do período foi de R\$ 481,4 milhões, mantendo-se praticamente estável em relação ao resultado obtido em 2010.

O lucro líquido alcançado foi de R\$ 222,9 milhões, este resultado foi impactado, principalmente, por uma ação judicial contra a EDP Bandeirante, referente ao Plano Cruzado, do ano de 2.000. Por conta desta ação judicial, o resultado financeiro foi impactado em R\$ 52,3 milhões e a conta de contingências em R\$ 25,1 milhões.

Investimentos e Otimização de Processos

A EDP Bandeirante, nos últimos dois anos, fez os investimentos mais elevados da sua história desde a privatização. Estes investimentos, que se aproximam de 200 milhões de reais em cada ano, contemplam obras estruturantes para o reforço do nosso sistema elétrico, nomeadamente através da construção de 5 novas subestações e da ampliação de outras 8, que permitiram expandir em 13% a capacidade instalada, em apenas dois anos. Vale ressaltar o incremento nos canais de atendimento, com a inauguração da agência virtual que disponibiliza serviços online aos clientes e a abertura de 2 novas agências, garantindo atendimento presencial em todas as cidades da área de concessão.

Aplicando ferramentas de inteligência operacional, a EDP Bandeirante reduziu (em cerca de 70%) a quantidade de deslocamentos improcedentes das equipes de manutenção. O projeto Lean, já implantado com sucesso nos centros de manutenção, também traduziu nosso empenho com relação à melhoria nos processos, resultando em maior eficiência operacional e melhor utilização de recursos. Este esforço de otimização também se tem refletido no ciclo comercial, nomeadamente com o projeto de Garantia de Receita, que permitiu alcançar melhorias relevantes na redução de perdas e de inadimplência.

Indicadores Operacionais

Os indicadores técnicos, que medem a continuidade do fornecimento de energia, DEC (Duração Equivalente de Interrupção) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção), apresentaram melhora significativa no ano, com destaque para a redução do DEC em 22,6% face a 2010, resultado dos investimentos na modernização das redes e do plano de manutenção preventiva. Durante o ano, foram efetuadas mais de 500 mil podas de árvores que interferem diretamente na rede de distribuição, bem como, a substituição de cruzetas, postes e para-raios. Essas intervenções foram combinadas com a elevação do nível de automação da rede e aumento do número de clientes abrangidos por transferência automática de cargas. Atualmente, já temos cerca de 30% dos nossos clientes abrangidos pela possibilidade de transferência automática de cargas (em 2008 eram apenas 2%). Somos uma das empresas do setor que possui maior avanço nesta área.

As perdas totais tiveram uma redução de 0,81 p.p. e a melhora deste indicador se deve essencialmente à redução das perdas não técnicas em 0,89 p.p., resultado do Projeto Garantia de Receita.

Investimentos em Inovação, Eficiência Energética e Sustentabilidade

Em 2011, a EDP Bandeirante destacou-se também na área de Inovação, lançando o Projeto InovCity que tornará Aparecida a primeira cidade do Estado de São Paulo dotada de uma rede inteligente de energia. A iniciativa, realizada em parceria com a Secretaria de Energia de São Paulo e a Prefeitura de Aparecida, permitirá uma maior eficiência e qualidade na prestação de serviços ao cliente, como a medição inteligente, iluminação pública eficiente, micro-produção com fontes renováveis de energia, mobilidade elétrica e ações de eficiência energética.

Com o foco na segurança, conforto e qualidade de vida dos clientes, a EDP Bandeirante deu continuidade aos projetos no âmbito do Programa de Eficiência Energética. Destaca-se o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de comunidades carentes. O projeto, no ano de 2011, atendeu mais de 18 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações na educação e orientação ao uso racional e consumo consciente de energia.

Os investimentos sociais externos tiveram continuidade e promoveram a inclusão e o desenvolvimento das comunidades dos 28 municípios que compõem a área de concessão da Empresa. Com foco na educação, desenvolvimento local, cultura e esporte, foram investidos cerca de R\$ 1,8 milhão, com mais de 37 mil pessoas beneficiadas.

Merecem destaque os programas EDP nas Escolas, EDP Solidária e EDP Amiga da Criança. Essa atuação garantiu, pelo oitavo ano consecutivo, a certificação como Empresa Amiga da Criança, pela Fundação Abrinq.

Reconhecimentos e Agradecimentos

Com objetivo de medir a qualidade percebida pelos clientes com relação ao fornecimento de energia elétrica e à eficácia dos serviços oferecidos, a EDP Bandeirante participa anualmente da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Em 2011 atingimos um índice de Satisfação com a Qualidade Percebida de 73,4% e no índice de Satisfação Geral alcançamos uma avaliação de 76,5%.

Em 2011 a empresa foi contemplada com medalha de ouro na categoria Grandes Empresas no Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão, pelo grau de maturidade das suas práticas de gestão e pelos resultados apresentados. No Prêmio Nacional da Qualidade a empresa foi destaque, pela primeira vez na sua história, no critério Pessoas, que mensura o desempenho da empresa na gestão dos seus colaboradores.

Em suma, o ano de 2011, foi um ano de novos investimentos no reforço do sistema elétrico da EDP Bandeirante e de melhora no desempenho operacional da empresa, tanto na vertente técnica como na comercial.

Agradecemos aos nossos clientes e parceiros de negócio pelo relacionamento duradouro, aos acionistas pela confiança em nossa administração e aos colaboradores pela dedicação e profissionalismo. Em 2012 manteremos a política da segurança e qualidade dos serviços prestados, acompanhado de rigorosa gestão financeira e continuaremos empenhados profundamente na satisfação dos nossos clientes e no desenvolvimento das nossas pessoas.

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Presidente do Conselho de Administração
Conselheiro de Administração
Presidente: Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu
Vice-Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Conselheiro: Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro: Miguel Dias Amaro
Conselheiro: Leandro da Silva Netto

Diretoria

Diretor Presidente: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Técnico e de Ambiente: Francisco Alfredo Fernandes
Diretor Comercial: Michel Nunes Itkes
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor de Regulação: Donato da Silva Filho
Diretor de Sustentabilidade: Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O setor de serviços foi o grande propulsor da economia paulista no ano de 2011. Segundo a SEAD, o PIB paulista, de janeiro a setembro de 2011, cresceu 3,2% em relação a igual período de 2010, refletindo a expansão de 3,8% do setor de serviços, 3,1% dos impostos e 2,2% da indústria. Corroborando esta assertiva, no acumulado até Dez/11 segundo o IBGE, o volume de vendas no comércio varejista ampliado cresceu 5,9%, em relação ao mesmo período do ano anterior.

No que se refere ao emprego, segundo Caged/MTE, entre as Unidades da Federação, São Paulo foi a que mais empregou no ano passado: 551.771 vagas. Tal expansão deve-se, principalmente, a geração de empregos nos setores de Serviços (+295.454 postos) e Comércio (+126.644 postos). De acordo com dados do IBGE, em 2011, São Paulo registrou a menor taxa de desocupação média (6,2%) desde o início da série histórica. Nesse período o rendimento médio real cresceu 2,4% em relação a 2010.

O ano de 2011 foi marcado, também, pelo arrefecimento da produção industrial paulista diante da crise financeira na Europa. No ano, dados IBGE, a produção física industrial de São Paulo registrou crescimento de apenas 0,2% impactado pelo desempenho dos segmentos de veículos automotores (-3,0%) e de máquinas para escritório e equipamentos de informática (-15,6%), que mais influenciaram negativamente a taxa global, pressionados principalmente pelas quedas na produção de automóveis; e de computadores e monitores de vídeo, respectivamente. As contribuições positivas vieram da indústria farmacêutica (7,6%), seguida por refino de petróleo e produção de álcool (5,3%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (9,5%) e outros equipamentos de transporte (5,8%).

3. A EDP BANDEIRANTE E SUA ÁREA DE CONCESSÃO

A Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante), Companhia de capital aberto, tem por objetivo a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 23 de outubro de 1998, conforme contrato de concessão, firmado naquela data.

A partir de abril de 2005 passou a ser subsidiária integral da EDP - Energias do Brasil S.A. A sua sede está localizada na cidade de São Paulo, maior centro econômico-financeiro da América Latina.

Atua em 28 municípios do Estado de São Paulo, especificamente nas regiões do Alto Tietê, Vale do Paraíba e Litoral Norte, abrangendo cerca de 4,5 milhões de habitantes, compreendidos entre 2,5 milhões no Alto Tietê e 2,0 milhões no Vale do Paraíba.

6. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

6.1 Balanço Energético (MWh)

O Balanço Energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e às perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no Mercado de Curto Prazo. A energia requerida foi de 16.413 GWh, apresentando um aumento de 2,0% em relação a 2010.



6.2 Compra de Energia

A energia requerida pela EDP Bandeirante em 2011 foi de 11.933 GWh superior 3,7% à verificada em 2010. Deste montante, as compras compulsórias de Itaipu e do Proinfa representam 17,1%, as compras no ACR (CEAR e Contrato de Ajuste) 37,9% e os Contratos Bilaterais 13,8%.

6.3 Energia Distribuída

A EDP Bandeirante faturou 9.313,1 GWh para os clientes cativos, suprimento e consumo próprio no período de doze meses findo em

4. PRINCIPAIS INDICADORES

Tabela com 4 colunas: Descrição, Unid., Saldo Dez/11, Saldo Dez/10, Var. %. Contém dados para Resultados, Margens e Operacionais.

(1) Dívida Líquida = Dívida Bruta - Caixa e equivalentes de caixa
(2) EBITDA = Lucro antes de impostos, resultado financeiro, depreciação, amortização e resultado não operacional
(3) Investimentos líquidos das adições de Obrigações Especiais
(4) Considera quantidade de colaboradores + Conselho de Administração + Diretores Estatutários
(*) Não auditado

5. AMBIENTE REGULATÓRIO E TARIFÁRIO

No ano de 2011, a EDP Bandeirante teve a revisão tarifária do 3º ciclo postergada, uma vez que na data de 23 de outubro de 2011 (data contratual), não havia metodologias e procedimentos definitivos publicados pela ANEEL, o que motivou o congelamento das tarifas até a data do próximo reajuste tarifário. Desta forma, o resultado da revisão tarifária embora calculado apenas em 23 de outubro de 2012, terá vigência retroativa a data contratual e os seus efeitos econômicos e financeiros serão considerados no processo de reajuste tarifário como componente financeiro. A melhor estimativa para o impacto regulatório negativo no resultado da distribuidora EDP Bandeirante, relativo à aplicação retroativa desta metodologia, a ser considerado no próximo processo de reajuste tarifário, é de aproximadamente R\$ 3 milhões no ano de 2011.

31 de dezembro de 2011, representando um crescimento de 3,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia em trânsito, distribuída a clientes livres, totalizou 5.412,5 GWh no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, apresentando uma elevação de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A energia distribuída pela EDP Bandeirante apresentou uma elevação de 2,9%, totalizando 14.725,7 GWh acumulados no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011.

Tabela comparativa de Janeiro e Dezembro para Consumidores (2011 e 2010) em MWh e R\$ Mil, incluindo subcategorias de Fornecimento e Suprimento.

(*) Não auditado

(1) Outros = Poder público + Iluminação pública + Serviço público

(2) Considera recontabilizações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

A classe Residencial apresentou crescimento de 5,8% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pelo crescimento de 2,8% na base de clientes e maior consumo unitário.

Na classe Industrial de clientes cativos, verificou-se um decréscimo de 1,0% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A classe Comercial apresentou crescimento de 5,3% no fornecimento de energia (GWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

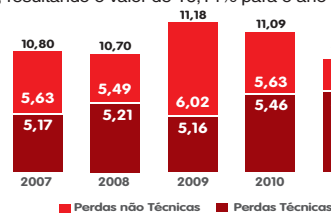
A classe Rural apresentou um aumento de 2,9% no fornecimento de energia (GWh) no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, mesmo apresentando um decréscimo de 0,4% da base de clientes. As demais classes apresentaram um crescimento de 2,8% no fornecimento de energia (GWh) no período acumulado até 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior.

6.4 Perdas Técnicas e Não Técnicas

A ANEEL determina, para cada ano de um período tarifário, o nível máximo de perdas a ser admitido sobre a energia injetada no sistema de distribuição da EDP Bandeirante. Essa determinação pode ser feita mediante a fixação de um valor único para todo o período tarifário ou pela definição de uma "trajetória" ou curva decrescente.

Para o período 2010/2011 esses valores foram estabelecidos em 4,97% para as perdas técnicas e 16,12% para as perdas não técnica (padrão). Vale lembrar que, para este último índice, o valor é calculado considerando a energia total

das perdas não técnicas dividido pela energia total vendida no segmento de baixa tensão, resultando o valor de 16,14% para o ano de 2011.



6.5 Combate às Perdas Não Técnicas

No final de 2010, penúltimo ano do 2º ciclo de revisão tarifária 2008-2011, apesar dos grandes investimentos e implementação de várias medidas de Combate às Perdas não Técnicas, a EDP Bandeirante não atingiu a meta regulatória estipulada pela ANEEL para aquele ano, com prejuízos operacionais registrados na ordem de R\$ 20 milhões.

Diante deste cenário de crescente pressão em torno do tema perdas comerciais, e com o desafio em atender a trajetória estabelecida pelo Regulador, no segundo semestre de 2011, a EDP Bandeirante intensificou o seu Programa de Combate às Perdas não Técnicas, através do projeto denominado de Reforço do Programa Revenue Assurance, que resultou no investimento total de R\$ 11,51 milhões.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Com a premissa de priorizar as ações nos grandes consumidores, de modo a garantir/blindar 70% do faturamento da Empresa, foram inspecionados mais de 86.000 unidades consumidoras de BT e 2.400 unidades consumidoras de MT, substituídos mais de 35.000 medidores de baixa tensão com mais de 25 anos e instaladas 513 unidades remotas de monitoramento e controle das unidades de MT, além da inauguração do Centro Integrado de Medição na regional de Mogi das Cruzes. Estas ações resultaram na redução de quase 130 GWh de perdas não técnicas em 12 meses, o que representa uma redução de -3,79 p.p de perdas não técnicas sobre o Mercado de Baixa Tensão.

7. ATIVIDADE COMERCIAL

7.1 Relacionamento com o Cliente

A EDP Bandeirante oferece uma estrutura de atendimento segmentada de acordo com o nível de tensão e classe tais como baixa tensão, média e alta tensão e entidades Municipais, Federais e Estaduais entre outros. Oferecendo diversos canais de relacionamento com o cliente tais como *Call Center*, Agências de Atendimento Presencial, Agência Virtual na Internet, atendimento aos Grandes Clientes, ao Poder Público, aos Clientes Corporativos, à Incorporação de Rede e ao Compartilhamento de Rede. Para isso a EDP Bandeirante conta uma moderna Central de Atendimento Telefônico (*Call Center*), em conformidade com as exigências do órgão regulador ANEEL e ao decreto de 6.523 de 2008 - Lei do SAC, com infraestrutura e parque tecnológico de ponta dedicada para melhor atender seus clientes. Essa Central está estruturada para atendimentos de emergência e comerciais, com opção de atendimento humano e eletrônico, em 2011 foram oferecidas 2.985 mil chamadas. Disponibiliza a Agência Virtual que possibilita aos clientes à solicitação de serviços, consultas e utilidades, registrando um total de 5.992 mil consultas e serviços.

Para o atendimento aos clientes de baixa tensão, a EDP Bandeirante está presente em 28 Municípios da sua área de concessão, com uma estrutura composta por 30 lojas de atendimento presencial, que realizaram 1.130 mil atendimentos. Para os clientes de média e alta tensão, além do atendimento telefônico e internet, o relacionamento é realizado através de Gestores de Clientes, que atendem presencialmente 2,2 mil clientes por ano. As Entidades Municipais, Estaduais e Federais contam com uma estrutura exclusiva para atendimento, com opção de atendimento telefônico, eletrônico e presencial. A Ouvidoria da EDP Bandeirante é responsável por acolher as reclamações, elogios, sugestões e críticas dos clientes com garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações além da atribuição de instância administrativa de recursos, como ainda estabelecer a intermediação com os Órgãos Regulamentares ARSESP e ANEEL. Para o atendimento aos Procons e demais órgão de Defesa do Consumidor também é oferecida estrutura exclusiva de atendimento com um Call Center gratuito, localizado em Mogi das Cruzes, bem como as providências e respostas referentes às reclamações formais e processos administrativos. A empresa, com o objetivo de oferecer maior comodidade aos clientes no pagamento de sua fatura de energia elétrica, disponibiliza, além dos pagamentos eletrônicos (internet, débito automático, autopagamento), 1.642 pontos de pagamento, distribuídos em agentes lotéricos, bancos e correspondentes bancários.

7.2 Índice de Satisfação da Qualidade Percebida pelo Cliente - Pesquisa ABRADEE

Visando acompanhar a opinião dos clientes residenciais urbanos sobre a qualidade percebida, a EDP Bandeirante participa da pesquisa conduzida pela ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, em parceria com o Instituto Inovare, que mede o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida - ISQP, contemplando vários aspectos, como o fornecimento de energia elétrica e a qualidade dos serviços prestados. Baseado nos resultados apresentados tem-se reavaliado processos e alinhado projetos atendendo às necessidades dos clientes. Em 2011, a EDP Bandeirante atingiu um Índice de Satisfação da Qualidade Percebida de 73,4%. O ponto da pesquisa a destacar é o IAC - Índice de Aprovação do Cliente avaliado em 81,9%, ficando acima da média ABRADEE (78,6%).

8. INVESTIMENTOS

Os investimentos acumulados em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 184,8 milhões já deduzidos os recursos recebidos na forma de doações e subvenções para investimento e considerando os juros capitalizados. Os Juros capitalizados representam R\$ 10,8 milhões.

	Janeiro - Dezembro		
	Variação		
Investimento - R\$ Mil	2011	2010	R\$ Mil
Expansão do Sistema Elétrico	130.184	125.498	4.686
Melhoramento da Rede	48.831	50.780	(1.949)
Universalização	4.421	7.003	(2.582)
Telecom., Informática e Outros	26.686	21.153	5.533
Subtotal (1)	210.122	204.434	5.688
(-) Obrigações Especiais (2)	(25.296)	(15.486)	(9.810)
Investimento Líquido	184.826	188.948	(4.122)

(1) Subtotal = Capex Bruto, considerando Capital investido na rede + Juros capitalizados.

(2) Participação financeira de clientes, sejam eles pessoas físicas, jurídicas, união estado e municípios nos projetos de investimentos

8.1 Expansão do Sistema Elétrico

Para atendimento a demanda de mercado foram investidos R\$ 130,2 milhões na expansão de linhas, subestações e redes de distribuição, visando à ligação de novos clientes e à instalação de sistemas de medição. Vale destacar que, deste montante, R\$ 47,4 milhões, foram destinados à construção de novas subestações e linhas além da ampliação e recapacitação de ativos dessa natureza. No que tange a novas subestações, foram concluídas as SE's Satélite (120 MVA), Kida Macedo (40 MVA), Jardim (40 MVA) e Araretamá (40 MVA), sendo as 3 primeiras para atendimento a região de Guarulhos e a última, para a região de Pindamonhangaba.

Neste ano concluíram-se as ampliações/remodelações das subestações Cumbeba e Valter José em Guarulhos, Caraguatuba no Litoral Norte, Jambêiro no Vale do Paraíba e Vale do Sol em São José dos Campos.

8.2 Melhoramento da Rede

Os investimentos em melhoramento de redes totalizaram R\$ 48,8 milhões, que foram aplicados, principalmente, na substituição de equipamentos e medidores obsoletos, no recondução de redes em final de vida útil e em ações de combate às perdas não técnicas. Tais medidas propiciam a modernização do sistema elétrico, com melhoria de qualidade do fornecimento de energia elétrica e expressiva redução das perdas.

8.3 Universalização

Os investimentos na Universalização do acesso ao serviço público de energia elétrica totalizaram R\$ 4,4 milhões, que foram destinados à ligação, dos clientes da área urbana e rural com demanda inferior a 50 kW. Neste Programa, a EDP Bandeirante somou esforços, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais onde atua.

8.4 Tecnologia da Informação

Foram investidos o total de R\$ 16,3 milhões, sendo que R\$ 1,1 milhões refere-se às aquisições de *Hardwares* e *Softwares* necessários para manter operante e atualizado o parque tecnológico que suporta as aplicações que visa à otimização e organização dos processos da organização além de diminuir o risco de indisponibilidades e falhas por obsolescência e R\$ 15,2 milhões referente aos projetos necessários para atender as obrigações Fiscais, Legais e Órgãos Regulatórios. Os principais projetos investidos refere-se à Adequação do sistema SAP R/3 e do IS-U/CSS para atender a homologação da nova resolução normativa ANEEL nº 414/2010 que trata da revisão da Resolução Normativa ANEEL nº 456/2000 que estabelece as Condições Gerais de Fornecimento de Energia Elétrica. A revisão também incorpora regras afins contidas em várias resoluções da ANEEL, como as resoluções nº 457/2000, nº 615/2002, nº 258/2003, nº 61/2004, nº 207/2006, nº 250/2007, nº 363/2009, nº 373/2009 e nº 384/2009 e a Resolução Normativa ANEEL nº 367/2009 que estabelece a alteração no controle patrimonial da empresa.

8.5 Automação e Telecomunicações Operativas

Os investimentos em Automação e Telecomunicações totalizaram R\$ 8,9 milhões e destaca-se, entre as diversas ações, a implantação de dez novos acessos à Rede de Transporte Digital de Alta Capacidade - RTDAC, interligando via rádio digital o COS (Centro de Operação Sistema) com subestações reduzindo custos de aluguel de links. No Sistema PLATOE - Plataforma de Operação e Engenharia foram prosseguidas as implantações de microrremotas celulares nas Subestações para transporte de dados do sistema CAE (Centro de Análise de Engenharia) local, integrado a Base de Dados do Sistema PLATOE GRID. Para a melhoria contínua do processo operativo foi implantado o sistema SDM - Sistema de Despacho Móvel, para utilização das equipes de Linhas de Transmissão.

A rede de MT teve a incorporação de 23 sistemas de Transferências Automáticas (TA's) de carga entre alimentadores telecontrolados e telesupervisionados através do Sistema PLATOE/SCADA, totalizando 57 TA's. Desta forma mais de 30% dos clientes da EDP Bandeirante são beneficiados.

Na subtransmissão a migração do Sistema ERAC - Esquema Regional de Alívio de Carga instalados nas transmissoras passará para as distribuidoras, essa implantação abrange 49 clientes de AT, que estão recebendo equipamentos para telesupervisionar os níveis de tensão, corrente, frequência, tensão do banco de baterias da subestação, bem como estados dos disjuntores.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

9.1 Indicadores de Performance

Houve uma recuperação significativa dos indicadores de desempenho de qualidade do serviço em 2011, ano em que foram cumpridas as metas ANEEL de DEC e FEC da EDP Bandeirante. Essa conquista foi possível com os investimentos realizados, bem como ao desenvolvimento de melhorias operativas através do novo plano de contingência de atendimento de ocorrências por níveis de operação, à implantação do plano de manutenção preventiva com foco nos sistemas críticos, mas principalmente ao engajamento, dedicação e eficiência de todos os colaboradores da empresa.

Indicador	Unidade	2007	2008	2009	2010	2011
DEC	Horas	9,6	11,34	12,77	12,18	9,43
FEC	Veze	5,90	6,30	6,43	7,05	6,17

DEC - Duração equivalente de interrupções por cliente (horas - média cliente/ano).

FEC - Frequência equivalente de interrupções por cliente (interrupções - média cliente/ano).

9.2 Principais Dados das Instalações Elétricas

Descrição	2011	2010	Variação %
Subestações			
Quantidade	63	59	6,8
Potência Instalada de			
Transformadores (MVA)	3.535	3.261	8,4
Redes de Distribuição - Própria (Km)	26.893	26.631	1,0
Redes de Distribuição - AT (maior ou igual a 69 KV)	884	923	-4,2
Redes de Distribuição - MT (entre 1 e menor a 69 KV)	13.686	13.482	1,5
Redes de Distribuição - BT (menor que 1 kV)	12.323	12.226	0,8
Transformador de Distribuição - Próprios (Quantidade)	58.252	56.797	2,6
Transformador de Distribuição - Urbano	42.427	41.354	2,6
Transformador de Distribuição - Rural	15.776	15.393	2,5
Transformador de Distribuição - Subterrâneo	49	50	-2,0
Potência Instalada na Distribuição Própria (MVA)	3.093	2.968	4,2
Potência Instalada na Distribuição - Urbano	2.684	2.580	4,0
Potência Instalada na Distribuição - Rural	383	362	5,8
Potência Instalada na Distribuição - Subterrâneo	26	26	0,0
Postes em Redes de Distribuição - Quantidade	527.637	521.228	1,2
Postes em Redes de Distribuição - Urbano	399.654	395.388	1,1
Postes em Redes de Distribuição - Rural	127.983	125.840	1,7
Iluminação Pública	348.124	340.956	2,1
Lâmpadas - unidades (de propriedade da empresa)	280.127	276.131	1,4
Lâmpadas - unidades (de propriedade dos municípios)	66.766	63.511	5,1
Redes BT - Km (menor que 1 KV)	1.231	1.314	-6,3

10. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

Em 2011, foram concluídos 15 projetos de P&D e iniciados outros 5, totalizando assim 41 projetos em execução, com investimentos da ordem de R\$ 8,25 milhões. Entre os projetos iniciados neste ano, a EDP Bandeirante destaca o projeto *Inovcity Aparecida*, o qual contempla a instalação de um sistema de medição inteligente completo na cidade de Aparecida/SP, que possibilitará uma real aplicação do conceito das redes inteligentes, criando um ambiente para a realização de testes de gerenciamento da rede, de modo a permitir a avaliação dos impactos sociais e econômicos desta tecnologia, em condições reais de utilização.

Os resultados obtidos nos projetos de P&D foram amplamente divulgados à comunidade científica, através da participação em seminários nacionais e internacionais e publicação de artigos em revistas especializadas, onde houve o reconhecimento através da premiação de 4 dos projetos de P&D executados pela empresa.

10.2 Eficiência Energética

Sempre orientadas para assegurar a melhor utilização do produto distribuído aos seus clientes propondo soluções inovadoras e sustentáveis, as atividades de eficiência energética desempenhadas pela EDP Bandeirante, em 2011, caracterizaram-se pela realização de projetos no âmbito do seu Programa de Eficiência Energética - PEE, aprovados pela ANEEL para o PEE 2009, PEE 2010 e PEE 2011 totalizando assim 50 projetos em execução, com investimentos recorde da ordem de R\$ 19,5 milhões. Dentre esses projetos destaca-se a modernização de 65 pontos de iluminação da entrada da cidade de Mogi das Cruzes/SP que antes utilizavam lâmpadas de baixa eficiência e numa ação inédita foram substituídas por lâmpadas LED de alto rendimento e vida útil. Vale ressaltar o Programa Boa Energia na Comunidade, direcionado ao atendimento de clientes de baixa renda que de jan/11 até dez/11, foram atendidas mais de 18 mil famílias, em diversos municípios da área de concessão, com ações de educação, orientação e fornecimento gratuito de 92 mil lâmpadas fluorescentes compactas com selo PROCEL/INMETRO de economia. No segundo semestre de 2011, iniciou-se a execução de mais 7 Projetos no âmbito do Programa Boa Energia Solar, que prevêem a substituição dos chuveiros elétricos, utilizados nas residências de 2.557 famílias, por a alternativa de aquecimento solar e doação de lâmpadas econômicas, com a execução adicional desses projetos atingimos a marca de 5.035 unidades consumidoras beneficiadas neste programa.

11. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	Janeiro - Dezembro		
	2011	2010	Var. %
DRE - R\$ Mil			
Receita Operacional Bruta	3.195.487	2.945.965	8,5
(-) Deduções à Receita Operacional	(784.862)	(686.709)	14,3
(=) Receita Operacional Líquida	2.410.625	2.259.256	6,7
(-) Despesas Operacionais:	2.003.456	1.850.050	8,3
Gerenciais	450.105	382.613	17,6
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	108.260	96.182	12,6
Material	12.598	10.403	21,1
Serviços de terceiros	142.107	121.911	16,6
Depreciação e Amortização	74.194	73.709	0,7
Provisão p/crdéd. liq. duvidosa/perdas líquidas	17.641	38.585	(54,3)
Provisões para contingências	32.934	3.090	965,8
Aluguéis e arrendamentos	3.105	2.013	54,2
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	32.476	12.775	154,2
Outras	26.790	23.945	11,9
Não gerenciais	1.553.351	1.467.437	5,9
Energia elétrica comprada para revenda	1.177.752	1.103.439	6,7
Encargos de uso da rede elétrica	369.460	358.367	3,1
Taxa de fiscalização	6.139	5.631	9,0
EBITDA	481.363	482.915	(0,3)
Margem do EBITDA - %	20,0%	21,4%	-1,4 p.p.
(=) Resultado do Serviço	407.169	409.206	(0,5)
Margem do EBIT - %	16,9%	18,1%	-1,2 p.p.

A Receita Operacional Líquida apresentou um crescimento de 6,7% no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 2.410,6 milhões. A elevação verificada de R\$ 151,3 milhões pode ser decomposta da seguinte forma:

- crescimento de R\$ 249,5 milhões da receita bruta, devido o aumento do fornecimento de energia dos clientes cativos representando R\$ 82,8 milhões, decréscimo de suprimentos, energia de curto prazo e outras receitas totalizando R\$ 13,6 milhões e disponibilização do sistema de distribuição e transmissão, sendo a variação positiva de R\$ 180,3 milhões;
- aumento das deduções da receita operacional em R\$ 98,2 milhões, sendo a principal variação dos impostos e contribuições de R\$ 27,7 milhões e outras deduções como os encargos setoriais com uma variação de R\$ 70,5 milhões, sendo o principal CCC (Conta de Consumo de Combustível) R\$ 51,9 milhões e CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) R\$ 17,0 milhões e RGR (Reserva Global de Reversão) e Pesquisa e Desenvolvimento totalizando R\$ 1,1 milhões.

A receita de fornecimento a clientes finais (líquida de ICMS) apresentou um incremento de 6,2% no período findo em 31 de dezembro de 2011, atingindo R\$ 1.414,5 milhões, já contemplando a dedução de R\$ 1.327,5 milhões de receita de uso das instalações e fornecimento não faturado de R\$ 4,0 milhões.

As Despesas Operacionais totalizaram R\$ 2.003,5 milhões no período de doze meses acumulado até 31 de dezembro de 2011, superiores em 8,3% aos verificados no mesmo período do ano anterior. As despesas operacionais gerenciais da EDP Bandeirante, compreendendo os custos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, depreciação e amortização e outras despesas, aumentaram em 2011 R\$ 67,5 milhões, correspondente a +17,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Já as despesas operacionais não gerenciais que correspondem aos custos com energia comprada, encargos setoriais e de transmissão e taxa de fiscalização totalizaram no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 1.553,4 milhões, superiores em 5,9% ao praticado no mesmo período do ano anterior, devido principalmente pelo aumento do custo de energia elétrica comprada para revenda em 2011 de R\$ 1.177,8 milhões, comparado ao custo verificado em 2010 de R\$ 1.103,4 milhões, crescimento de R\$ 74,3 milhões. Além disso, houve no mês de setembro estorno de provisão CUSD (custo do uso do sistema de distribuição) com Lajeado no valor de R\$ 9,9 milhões, baixa de ativos (perda/ganho na alienação de bens) em R\$ 4,8 milhões, reclassificação dos custos dos juros do laudo atuarial impactando negativamente em R\$ 5,9 milhões em relação ao ano anterior no valor de R\$ 5,0 milhões e também houve a provisão de contingência da White Martins de R\$ 25,1 milhões, conforme comunicado ao mercado de 15 de junho de 2011. Houve redução nos saldos de provisão para devedores duvidosos devido a melhorias implementadas no ciclo comercial, processos internos de Revenue Assurance (garantia de receita) e novo critério de contabilização de parcelamento adimplente na EDP Bandeirante.

O Resultado do Serviço de Energia Elétrica (EBIT) totalizou R\$ 407,2 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2011, inferior em 0,5% ao obtido em igual período no ano anterior principalmente devido aos efeitos não recorrentes já citados acima. Verificou-se uma margem líquida de 9,2% no período findo em 31 de dezembro de 2011 enquanto que no mesmo período de 2010 foi de 12,3%. O EBITDA do período foi de R\$ 481,4 milhões, inferior em 0,3% ao obtido no mesmo período do ano anterior e a margem EBITDA em 2010 foi de 21,4% enquanto que em 2011 foi de 20,0% no período acumulado até 31 de dezembro de 2011.

O Resultado Financeiro do período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 88,0 milhões negativos em virtude da redução das receitas financeiras em R\$ 19,4 milhões e aumento das despesas financeiras em R\$ 65,0 milhões em relação ao mesmo período de 2010, principalmente impactado no valor de R\$ 52,3 milhões referente a ação judicial de reflexos na tarifa no período do plano cruzado da S.A. White Martins conforme publicação a mercado em 15 de junho de 2011. Houve uma reclassificação dos juros (laudo atuarial) no valor de R\$ 5,9 milhões (CPC33).

Pelos motivos ressaltados anteriormente a EDP Bandeirante apresentou um Lucro Líquido de R\$ 222,9 milhões no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011, inferior em 19,9% ao registrado em igual período do ano anterior.

11.1 Endividamento

	Saldo em		
Endividamento - R\$ Mil	Dez/11	Dez/10	Variação %
Dívidas Bruta (1)	647.376	734.985	(11,9)
Caixa e equivalentes de caixa	(191.654)	(364.086)	(47,4)
(=) Dívidas Líquidas	455.722	370.899	22,9

(1) Dívida Bruta = Empréstimos, financiamentos e encargos das dívidas + Debêntures

Em 31 de dezembro de 2011, a EDP Bandeirante apresentou um endividamento líquido de R\$ 455,7 milhões, fechando o ano de 2011 em 22,9% superior com relação ao saldo de dezembro de 2010, principalmente devido ao pagamento do principal das Debêntures de curto prazo.

A dívida bancária bruta da EDP Bandeirante em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 647,4 milhões e é composta por R\$ 413,4 milhões de debêntures, R\$ 211,5 milhões de financiamentos para o programa de investimentos (BNDES, BID e outras instituições financeiras) e de R\$ 22,5 milhões de financiamentos junto à Eletrobrás. Em 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida representou 0,58 vezes o Patrimônio Líquido e 0,45 vezes em 31 de dezembro de 2010.

12. GESTÃO DE PESSOAS

Visando o desenvolvimento dos gestores da EDP Bandeirante, durante o ano de 2011 reformulamos e alinhamos o Programa de Desenvolvimento da Liderança, como parte da estrutura da Escola de Desenvolvimento de Diretivos da Universidade EDP. A Escola de Diretivos tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências de Gestão e Liderança do Grupo EDP. Ao mesmo tempo, tem função de acompanhar o potencial que temos no grupo, preparando líderes, gerindo sucessão e facilitando a mobilidade funcional e geográfica. O Programa é composto por 5 Pilares importantes para o Grupo: Estratégia, Liderança, Comunicação, Negociação e Inovabilidade. Cada Pilar possui treinamentos obrigatórios e optativos, dependendo do público alvo de cada iniciativa. Com objetivo de garantir a cultura organizacional da EDP, o programa de integração para novos colaboradores transmite informações sobre a cultura, o Código de Ética, direitos e benefícios concedidos pela Empresa.

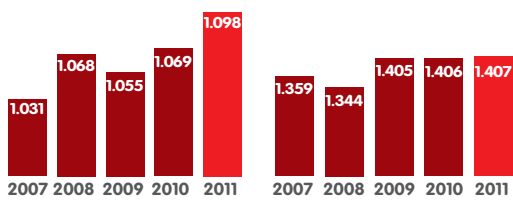
No âmbito do Projeto Conciliar, foram desenvolvidas ações que visam o equilíbrio entre a vida pessoal, profissional e familiar dos colaboradores. Distribuídas em 4 pilares: saúde e bem-estar, apoio à família, cidadania e cultura e vida pessoal e trabalho, as ações incluem: adoção de parcerias com academias, hotéis, restaurantes e agências de viagem para obtenção de descontos aos colaboradores, realização de Colônia de férias aos dependentes entre 5 e 12 anos, prática de ginástica laboral, realização de Festival de Esportes, dispensa à gestantes 15 dias antes do parto e distribuição de cestas maternidade/adoção, visita de filhos ao local de trabalho, Conte Comigo, entre outros. Asseguramos nossa estratégia de remuneração, através da análise remuneratória do Grupo EDP em relação ao mercado, revisamos nossa Política de Cargos e Salários e aplicamos nossa política de mérito.

12.1 Força de Trabalho

O quadro de pessoal próprio da EDP Bandeirante, ao final de 2011, foi de 1.098 colaboradores, 4 colaboradores da alta direção em regime estatutário e 1 conselheiro totalizando 1.103. A relação clientes por colaborador próprio atingiu 1.407 perante a 1.406 apresentado em 2010.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Número de Colaboradores Índice de Produtividade



12.2 Programa de Benefícios

A EDP Bandeirante dispõe de um amplo programa de benefícios para seus colaboradores e dependentes, tais como: previdência complementar, assistência médica e odontológica, auxílio alimentação e refeição, seguro de vida em grupo, auxílio transporte, complementação auxílio doença/acidente, auxílio medicamento, auxílio creche e auxílio dependente especial.

12.3 Capacitação e Desenvolvimento

Investimentos na ordem de R\$ 0,77 milhões foram realizados pela Companhia em capacitação, desenvolvimento, atualização dos colaboradores, correspondendo a uma média de 89 horas por colaborador. No decorrer do ano, 54 colaboradores foram contemplados com o Programa de Incentivo à Educação Formal, programa realizado desde 2001, que disponibiliza bolsas de estudo aos colaboradores, englobando cursos técnicos, graduação, pós-graduação e MBA, visando o fomento ao auto desenvolvimento, atualização profissional e investimento na carreira.

12.4 Planejamento de Pessoas e Sucessão

Foi implantada a segunda etapa do sistema Rotas de Carreira na intranet para todos os colaboradores, com o objetivo de oferecer ferramentas e informações para o planejamento de sua carreira na EDP. Foram preenchidas 224 vagas, das quais 33% foram por recrutamento e aproveitamento interno. Contribuem para retenção de pessoas os programas ON TOP (programa de estágio) com aproveitamento de 23 estagiários e Energizing Development Program (programa interno de trainees).

12.5 Segurança no Trabalho

O sistema de Gestão de Segurança do trabalho é implementado através das vertentes de Engenharia de Segurança do Trabalho e da Medicina do Trabalho. A Engenharia de Segurança do Trabalho tem dois programas para reger suas atividades:

(i) PSC (Programa de Segurança para o Colaborador), voltado para o quadro próprio, visa desenvolver os colaboradores da EDP Bandeirante a atenderem as exigências legais de segurança e saúde ocupacional.

(ii) PSP (Programa de Segurança do Prestador de Serviços), baseado nos mesmos conceitos do PSC, é desenvolvido para Prestadores de Serviços e busca subsidiar os mesmos no atendimento a legislação vigente e contratual.

No ano de 2011 as taxas de frequência e gravidade da EDP Bandeirante foram de 1,74 e 2648,34 respectivamente, ao mesmo tempo que as prestadoras de serviços, registraram taxas de frequência e gravidade de 5,82 e 2.071,69 respectivamente, e foram realizadas 2.014 inspeções.

A re-certificação OHSAS (Occupational Health and Safety Assessment Series) 18001/2007 para o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional no escopo de Manutenção e Operação de Estações foi realizada no mês de Julho de 2011.

Buscar continuamente o bem-estar dos colaboradores, provendo ambientes saudáveis é o princípio orientador em se tratando de saúde. Assim, além de exames periódicos, check up's (abrangem executivos), visitas técnicas, monitoramentos de displidemia, foram realizadas, em 2011, campanhas de vacinação antigripal, doação de sangue, além de disseminação frequente de boletins relacionados a saúde.

13. RESPONSABILIDADE SOCIAL, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

13.1 Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

A EDP Bandeirante manteve a continuidade das ações voltadas para a busca do equilíbrio entre as operações da Companhia e seus públicos estratégicos. Orientada pelos Princípios de Desenvolvimento Sustentável e por sua Política de Sustentabilidade, as iniciativas desenvolvidas abrangeram colaboradores, clientes, fornecedores, comunidades do entorno e outros importantes atores sociais, visando o aprofundamento do diálogo, estabelecimento de parcerias e criação de valor compartilhado. Em 2011 os investimentos socioculturais promovidos pela Companhia atingiram o valor de R\$ 1,8 milhões, beneficiando mais de 37 mil pessoas. O programa "EDP Solidária" apoiou projetos sociais com foco na educação e desenvolvimento local e propiciou o atendimento direto a aproximadamente 8 mil pessoas.

Com o "EDP Cultura", fomentou a inclusão social por meio das artes, patrocinando projetos como a "Exposição Paula Rego" na Pinacoteca do Estado, oficinas artístico-pedagógicas "No princípio era a ação" com o espetáculo teatral "Pinóquio e o Prêmio EDP nas Artes", que capacita e valoriza jovens artistas plásticos de todo Brasil.

Já o Programa EDP nas Escolas beneficiou, com a entrega de kits escolares, teatro nas escolas, melhorias do ambiente escolar e concursos culturais, mais de 5 mil alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

O "Programa de Voluntariado da EDP", com apoio, dedicação e talento dos colaboradores da EDP Bandeirante, promoveu em São Paulo diversas ações de cidadania, beneficiando cerca de 500 pessoas atendidas por organizações sociais de todo o Estado. Destaque para o projeto Desafio do Bem e a campanha Natal Solidário.

As práticas de excelência em responsabilidade social corporativa da EDP Bandeirante foram fundamentais para a permanência da EDP Brasil no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F da Bovespa (ISE Bovespa) pelo sexto ano consecutivo e a renovação do título "Empresa Amiga da Criança".

13.2 Meio Ambiente

Os investimentos e gastos de natureza ambiental da EDP Bandeirante em 2011 foram de R\$ 4,9 milhões, com foco na implantação do sistema de gestão ambiental, no licenciamento de empreendimentos e na implantação de redes compactas e isoladas. A instalação de 529 km de redes protegidas de distribuição de energia elétrica em 2011 nos municípios de concessão da Companhia proporciona melhor desempenho do sistema e uma convivência mais harmoniosa com a vegetação em áreas urbanizadas, reduzindo a necessidade de supressão e contribuindo diretamente para a paisagem. Destaca-se também a manutenção dos convênios com prefeituras firmados

em 2010, o lançamento do Guia de Arborização Viária e Áreas Verdes Públicas, um importante documento sobre a arborização em meio urbano detalhando o correto manejo das árvores e a realização de Treinamentos de Podas e Condução de Árvores Urbanas para colaboradores próprios e terceiros.

Por fim, visando à prevenção de passivos ambientais, a EDP Bandeirante continua com seu programa de monitoramento de solos e águas subterrâneas em todas as suas instalações, bem como campanhas periódicas de medição de ruídos em subestações.

14. RECONHECIMENTOS EXTERNOS

No decorrer do ano de 2011, a EDP Bandeirante foi reconhecida em várias atividades que desenvolveu, e recebeu prêmios e destaques atestando a qualidade de sua gestão empresarial:

Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica: o projeto de eficiência energética realizado pela EDP Bandeirante com a Prefeitura de Mogi das Cruzes recebeu o título de Reconhecimento de Mérito na categoria Iluminação Pública do prêmio atribuído pela Eletrobrás, por meio do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz).

Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão: recebido pela EDP Bandeirante o prêmio é organizado pelo Instituto Paulista de Excelência da Gestão (IPEG) e distingue os melhores sistemas e práticas de gestão do mercado. A EDP Bandeirante recebeu medalha de ouro na categoria Grandes Empresas do Prêmio Paulista de Qualidade da Gestão (PPQG), pelo grau de maturidade das suas práticas de gestão e na qualidade dos serviços prestados.

Prêmio de Pesquisa e Inovação: a EDP Bandeirante recebeu o prêmio em 1º lugar no VI Congresso de Inovação Tecnológica em Energia Elétrica (Citenel), realizado em Fortaleza no Ceará, com o artigo "Odin: Metodologia para a Otimização do Despacho Interligado Nacional".

Prêmio Nacional da Qualidade - a EDP Bandeirante foi destaque no Prêmio Nacional da Qualidade no critério *Pessoas*, por se relacionar com seus colaboradores de acordo com critérios estabelecidos pelo Modelo de Excelência da Gestão (MEG). Ganhou evidência o Programa Conciliador, Conciliar com os Filhos, Clube da Corrida e benefícios às gestantes. A EDP Bandeirante recebeu a premiação de "Destaque Empresarial Brasileiro em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável", promovido pelo Instituto Ambiental Biofera.

A EDP Bandeirante renovou o selo *Empresa Amiga da Criança 2011*, promovido pela Fundação Abrinq.

A EDP Bandeirante foi colocada na *401ª posição no ranking das 500 Maiores Empresas da América Latina*, promovido pela Revista América Economia.

Prêmio APEx (Aptel de Excelência) - A EDP Bandeirante conquistou o 1º lugar no Prêmio APEx promovido pela Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e Sistemas Privados de Telecomunicações - APTEL - pelo desenvolvimento em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Projeto ClimaGridpor utilizar sistemas de telecomunicações e tecnologia da informação de forma produtiva e inovadora para aprimorar os serviços aos seus clientes.

A EDP Bandeirante certificou o processo de tratamento das reclamações na ISO 9001:2008.

15. BALANÇO SOCIAL - (MODELO IBASE)

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)	2010 Valor (Mil reais)
Receita Líquida (RL)	2.410.625	2.259.256
Resultado Operacional (RO)	319.153	405.583
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	95.714	95.215

2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	10.598	11,07%	0,44%	7.177	7,54%	0,32%
Encargos sociais compulsórios	25.689	26,84%	1,07%	23.751	24,94%	1,05%
Previdência privada	2.854	2,98%	0,12%	4.997	5,25%	0,22%
Saúde	9.490	9,92%	0,39%	7.395	7,77%	0,33%
Segurança e saúde no trabalho	394	0,41%	0,02%	987	1,04%	0,04%
Educação	229	0,24%	0,01%	278	0,29%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.311	1,37%	0,05%	1.502	1,58%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	235	0,25%	0,01%	107	0,11%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	6.816	7,12%	0,28%	8.291	8,71%	0,37%
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	1.495	1,56%	0,06%	1.183	1,24%	0,05%
Total - Indicadores sociais internos	59.111	61,76%	2,45%	55.668	58,47%	2,46%

3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	635	0,20%	0,03%	452	0,11%	0,02%
Cultura	898	0,28%	0,04%	731	0,18%	0,03%
Saúde e Saneamento	40	0,01%	0,00%	80	0,02%	0,00%
Esporte	175	0,05%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	50	0,02%	0,00%	119	0,03%	0,01%
Total das contribuições para a sociedade	1.798	0,56%	0,07%	1.382	0,34%	0,06%
Tributos (excluídos encargos sociais) ²	1.727.895	541,40%	71,68%	1.563.513	385,50%	69,20%
Total - Indicadores sociais externos	1.729.693	541,96%	71,75%	1.564.895	385,84%	69,27%

4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	4.989	1,56%	0,21%	3.748	0,92%	0,17%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	4.989	1,56%	0,21%	3.748	0,92%	0,17%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) não possui metas	() não possui metas	() não possui metas	() não possui metas	() não possui metas	() não possui metas
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%
	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%	() cumpre de 51 a 75%
	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	(x) cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%	() cumpre de 76 a 100%

5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011	2010
Nº de empregados(as) ao final do período (*)	1.102	1.074
Nº de admissões durante o período	180	121
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.660	1.390
Nº de estagiários(as)	58	67
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	270	303
Nº de mulheres que trabalham na empresa	232	254
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,4%	25,9%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa (**)	119	122
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,2%	6,6%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	39	38

16. AUDITORIA EXTERNA

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades Auditadas, de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente, que não sejam auditoria externa, a EDP Bandeirante informa que os únicos serviços prestados, no exercício de 2011, pelos auditores independentes foram aqueles relacionados com os exames de auditoria independente das demonstrações financeiras.

17. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme requerido pelo artigo 25 da instrução CVM 480/09, declaramos que revisamos e concordamos com as

6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2011	Metas 2012
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	57,10	57,10
Número total de acidentes de trabalho	44	0
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências	() direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências	() direção e gerências
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa 74.360	no Procon 1.836
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,4%	no Procon 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 2.232.153	Em 2010⁽¹⁾: 2.044.899
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	78% governo 2% acionistas 8% terceiros 8% retido	77% governo 3% acionistas 5% terceiros 11% retido

7 - Outras Informações

(*) Não inclui Conselheiros.
 (**) Abrange negros e pardos que trabalham na empresa.
 (1) O Resultado Operacional (RO), do exercício de 2010, foi alterado devido a reclassificação nas Demonstrações de Resultados da rubrica Outros Resultados para a rubrica Outras Despesas e Receitas Operacionais. O valor de Tributos (excluídos encargos sociais) e Valor Adicionado Total a Distribuir, do exercício de 2010, foram alterados devido a reclassificação nas Demonstrações do Valor Adicionado dos créditos de PIS/COFINS da rubrica Impostos, Taxas e Contribuições, em Distribuição do Valor Adicionado, para as rubricas que deram origem a estes créditos, em Geração do Valor Adicionado.
 Esta empresa não utiliza mão de obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. O grupo EDP no Brasil é signatário do pacto contra o trabalho escravo e infantil.
 Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
 Informações não auditadas.
Responsável pelas Informações: Gerência Executiva de Sustentabilidade (sustentabilidade.edp@edpbr.com.br).

demonstrações financeiras e também com o parecer de auditoria independente emitido sobre as respectivas Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011.

18. AGRADECIMENTOS

A Administração da EDP Bandeirante registra agradecimentos ao seu acionista e membros do Conselho de Administração pelo seu apoio e participação. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho dos gestores e colaboradores na intensa participação em inúmeros projetos que contribuíram para os resultados alcançados. Estendemos nossos agradecimentos aos clientes, fornecedores, comunidade, governo e demais parceiros, que muito contribuíram para o cumprimento da missão da EDP Bandeirante.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	191.654	364.086
Consumidores e concessionárias	5	453.640	430.004
Impostos e contribuições sociais	6	232.456	199.542
Estoques		21.174	15.436
Cauções e depósitos vinculados	9	149	362
Despesas pagas antecipadamente		1.050	1.097
Outros créditos	10	81.550	92.649
		981.673	1.103.176
Não circulante			
Ativo financeiro indenizável	11	188.432	135.379
Consumidores e concessionárias	5	52.943	48.860
Impostos e contribuições sociais	6	21.317	19.481
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	210.213	209.117
Partes relacionadas	8	1.421	963
Cauções e depósitos vinculados	9	63.885	115.798
Outros créditos	10	25.484	12.446
		563.695	542.044
Propriedades para investimentos	12	3.053	3.053
Imobilizado	13	136	173
Intangível	14	1.028.981	1.008.393
		1.032.170	1.011.619

PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31/12/2011	31/12/2010
Circulante			
Fornecedores	15	325.473	302.629
Impostos e contribuições sociais	6	246.766	265.584
Dividendos	22.2	48.907	61.614
Debêntures	16	24.825	109.245
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17	62.041	67.219
Benefícios pós-emprego	18	18.317	19.245
Obrigações estimadas com pessoal	19	21.864	20.920
Encargos regulamentares e setoriais	20	130.916	98.061
Provisões	21	6.900	6.572
Outras contas a pagar	10	80.523	78.032
		966.532	1.029.121
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	6	40.713	34.291
Debêntures	16	388.550	388.001
Empréstimos e financiamentos	17	171.960	170.520
Benefícios pós-emprego	18	82.718	100.865
Partes relacionadas	8	856	15
Encargos regulamentares e setoriais	20	885	7.064
Provisões	21	80.685	69.410
Reserva para reversão e amortização	2.2.p	17.248	17.248
Outras contas a pagar	10	36.023	20.033
		819.638	807.447
Patrimônio líquido			
Capital social	22.1	254.628	254.628
Reservas de capital	22.3	334.728	334.728
Reservas de lucros	22.3	228.504	262.934
Outros resultados abrangentes	22.3	(26.492)	(32.019)
		791.368	820.271
		2.577.538	2.656.839

Total do ativo **2.577.538** **2.656.839** **Total do passivo e patrimônio líquido** **2.577.538** **2.656.839**
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2010	254.628	334.728	219.128	1.348	5.257	815.089
Dividendo adicional aprovado - AGO 08/04/2010			(172.358)			(172.358)
Lucro líquido do exercício					278.238	278.238
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			14.174		(14.174)	—
Dividendos intermediários (JSCP)					(38.104)	(38.104)
Dividendo adicional aprovado					(29.227)	(29.227)
Dividendo adicional proposto			201.990		(201.990)	—
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				(50.556)		(50.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				17.189		17.189
Saldos em 31 de dezembro de 2010	254.628	334.728	262.934	(32.019)	—	820.271
Dividendo adicional aprovado - AGO 05/04/2011			(201.990)			(201.990)
Lucro líquido do exercício					222.901	222.901
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal			1.536		(1.536)	—
Dividendos intermediários (JSCP)					(42.892)	(42.892)
Dividendo adicional aprovado					(12.449)	(12.449)
Dividendo adicional proposto			166.024		(166.024)	—
Outros resultados abrangentes						
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego				8.374		8.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(2.847)		(2.847)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	254.628	334.728	228.504	(26.492)	—	791.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010
		Reclassificado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	319.153	405.583
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	17.641	38.585
Ativo financeiro indenizável - baixa	4.764	
Depreciações e amortizações	74.194	73.709
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	17.194	18.997
Fornecedores - atualização monetária	3.067	11.414
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	75.659	68.527
Provisão (reversão) para plano de benefícios pós-emprego	6.797	(4.883)
Provisão (reversão) e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	91.754	13.567
Ajuste a valor presente	(2.543)	(2.337)
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	33.614	25.233
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(8.862)	(14.861)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	8.987	8.389
Outros	52	(471)
	641.471	641.452
(Aumento) diminuição de ativos operacionais		
Consumidores e concessionárias	(42.817)	(43.763)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	57.904	20.839
Estoques	(5.789)	(6.173)
Cauções e depósitos vinculados	(5.084)	(69.387)
Despesas pagas antecipadamente	47	(478)
Outros ativos operacionais	(1.939)	(5.999)
	2.322	(104.961)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais		
Fornecedores	19.777	52.981
Outros tributos e contribuições sociais	(32.617)	(14.641)
Benefícios pós-emprego	(17.498)	(8.491)
Obrigações estimadas com pessoal	944	(50)
Encargos regulamentares e setoriais	(6.938)	12.186
Provisões	(14.080)	(13.472)
Devolução ao consumidor - PIS e Cofins COSIT 27	(25.108)	(4.002)
Outros passivos operacionais	583	(6.527)
	(74.937)	17.984
Caixa (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	568.856	554.475
Imposto de renda e contribuição social pagos	(129.974)	(85.732)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	438.882	468.743
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(184.825)	(188.948)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(184.825)	(188.948)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	383	563
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(263.604)	(223.797)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	61.707	399.528
Amortização de Principal de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas, líquido de derivativos	(224.975)	(429.734)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(426.489)	(253.440)
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(172.432)	26.355
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	191.654	364.086
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	364.086	337.731
	(172.432)	26.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
			Reclassificado
Receitas	23	2.410.625	2.259.256
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada			
para revenda		(1.177.752)	(1.103.439)
Encargos de uso da rede elétrica		(369.460)	(358.367)
	24	(1.547.212)	(1.461.806)
Custo de operação			
Pessoal		(73.577)	(63.449)
Materiais e serviços de terceiros		(97.011)	(81.395)
Depreciações e amortizações		(65.235)	(62.803)
Outros custos de operação		(17.407)	(18.208)
	24	(253.230)	(225.855)
		(1.800.442)	(1.687.661)
Custo do serviço prestado a terceiros			
	24	(2.930)	(2.429)
Lucro bruto		607.253	569.166
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas com vendas		(18.014)	(38.669)
Despesas gerais e administrativas		(101.511)	(89.360)
Depreciações e amortizações		(8.959)	(10.906)
Outras despesas e receitas operacionais		(71.600)	(21.025)
	24	(200.084)	(159.960)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos		407.169	409.206
Receitas financeiras		81.977	101.330
Despesas financeiras		(169.993)	(104.953)
Resultado financeiro	25	(88.016)	(3.623)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro			
		319.153	405.583
Imposto de renda e contribuição social correntes		(100.196)	(82.433)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	3.944	(44.912)
	26	(96.252)	(127.345)
Resultado líquido do exercício		222.901	278.238
Resultado básico e diluído por lote de mil ações - R\$			
		5,70	7,12

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2011	2010
Resultado líquido do exercício		222.901	278.238
Outros resultados abrangentes	22.3.2		
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego		8.374	(50.556)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.847)	17.189
Resultado abrangente do exercício		228.428	244.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2011	2010
		Reclassificado
Geração do valor adicionado	4.030.933	3.664.534
Receita operacional	4.048.371	3.701.617
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	(17.641)	(38.585)
Outras receitas	203	1.502
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.806.563)	(1.647.256)
Custos da energia comprada	(1.177.752)	(1.103.439)
Encargos de uso da rede elétrica	(369.460)	(358.367)
Materiais	(12.598)	(10.403)
Serviços de terceiros	(142.107)	(121.912)
Outros custos operacionais	(104.646)	(53.135)
Valor adicionado bruto	2.224.370	2.017.278
Depreciações e amortizações	(74.194)	(73.709)
Valor adicionado líquido produzido	2.150.176	1.943.569
Receitas financeiras	81.977	101.330
Valor adicionado total a distribuir	2.232.153	2.044.899
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	61.544	48.797
Benefícios	21.754	21.382
FGTS	7.125	7.694
Impostos, taxas e contribuições Federais	887.814	821.556
Estaduais	854.167	756.533
Municipais	3.750	3.733
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	169.993	104.953
Aluguéis	3.105	2.013
Remuneração de capital próprio		
Juros sobre capital próprio	42.892	38.104
Dividendos	12.449	29.227
	2.064.593	1.833.992
Lucros retidos	167.560	210.907
	2.232.153	2.044.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional

Bandeirante Energia S.A. (Companhia ou Bandeirante), Sociedade Anônima de capital aberto, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da EDP Energias do Brasil S.A. (EDP Energias Brasil), com sede no município de São Paulo-SP, detém o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 202/1998 - ANEEL pelo prazo de 30 anos, válidos até outubro de 2028 e atua em 28 municípios no Estado de São Paulo, tendo suas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As principais obrigações estipuladas no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato se for necessário para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2. Base de preparação e Práticas contábeis**2.1 Base de preparação****2.1.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012.

2.1.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b) Contas a receber**• Consumidores e concessionárias (Nota 5)**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, que incluem:

(i) Os valores faturados a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada;

(ii) O cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital, regulamentada pela ANEEL e aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica. A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é contra o resultado financeiro do exercício (Nota 25);

(iii) Os valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 5.1); e

(iv) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Os valores foram apropriados conforme Instrução Contábil 6.3.2, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos: residencial há mais de 90 dias, comercial há mais de 180 dias e demais classes há mais de 360 dias.

Adicionalmente, foi efetuada uma análise criteriosa do saldo de consumidores e concessionárias e o valor constituído é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

• Ativo financeiro indenizável (Nota 11)

A Companhia reconhece um crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenização pelos serviços de construção efetuados e não recebidos por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão.

c) Estoques

Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

d) Propriedades para investimentos (Nota 12)

Os investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pelos quais se auferem renda, são avaliados ao custo de aquisição.

e) Imobilizado (Nota 13)

São registrados nesta rubrica apenas os ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão. Contabilizados pelo custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos ativos.

f) Intangível (Nota 14)

O intangível compreende:

• Direitos de concessão: são registrados como ativos intangíveis o direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada pelo prazo remanescente da concessão.

• Ágio incorporado: refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrentes da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011, que aprova o pronunciamento técnico CPC 20 (R1), os encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no intangível em curso, estão registrados neste subgrupo como custo das respectivas obras.

g) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

h) Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

i) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Fornecedores (Nota 15)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

k) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e debêntures (Notas 16 e 17)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva e para operações de *swap* são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado do exercício.

l) Provisões

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

m) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

n) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 26)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido.

A Companhia, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

o) Benefícios pós-emprego (Nota 18)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido, incluindo planos de pensão e aposentadoria. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota 18.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2011.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

p) Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

q) Capital social (Nota 22.1)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

r) Dividendos

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

s) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de operações com energia elétrica e de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente.

A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos e resultados de operações de *swap* e *hedge*, que são reconhecidos no resultado.

t) Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Receita de fornecimento não faturado; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Perda ou ganho de receita - baixa renda; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões para contingências; e Planos de benefícios pós-emprego.

u) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou um passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício, exceto no que se refere aos derivativos de cobertura de fluxo de caixa, onde o tratamento contábil depende da efetividade da operação.

v) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

w) Contratos de concessão

O CPC emitiu em 2009, a Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 611, de 22 de dezembro de 2009.

A ICPC 01 é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como o contrato de concessão da Companhia tem tais características, então esta interpretação é aplicável.

De acordo com a ICPC 01, a infraestrutura enquadrada nesta interpretação não pode ser reconhecida como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

Como a Companhia é remunerada (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica, então, aplica-se o modelo bifurcado:

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários através da prestação de serviço. Reconhece-se, então, um ativo intangível.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo intangível da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

x) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

y) Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

z) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o Lucro básico por ação e o Lucro por ação diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, portanto não foram aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém, a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Normas e interpretações aplicáveis à Companhia ainda não vigentes**IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração prevê uma solução prática para determinar se os ativos mensurados usando o modelo do justo valor do IAS 40 - Propriedades de Investimento são recuperados através do uso ou através de venda. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IAS 19 - Benefícios a Empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Divulgações

As alterações visam melhorar os requisitos de divulgação em relação aos ativos financeiros transferidos. A alteração passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2011, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao Valor Justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações do exercício de 2010**2.4.1 Demonstração do Resultado**

Para fins de comparabilidade foram feitas as seguintes reclassificações nos valores anteriormente apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010:

Créditos de PIS/COFINS: reclassificação dos créditos de PIS/COFINS retificando a rubrica de Custos de operação com Depreciações e amortizações no valor de R\$10.402, anteriormente alocados na rubrica Despesas gerais e administrativas.

Outros resultados: reclassificação do valor de R\$12.775, referente a ganhos e perdas na desativação e alienação de bens, anteriormente alocadas em Outros resultados para Outras despesas e receitas operacionais.

Parcela de juros de benefícios pós-emprego: reclassificação no valor de R\$6.654 de Despesas gerais e administrativas para Despesas financeiras.

Fiança bancária: reclassificação de Outros custos de operação no valor R\$84 e Despesas gerais e administrativas no valor de R\$823, para Despesas financeiras.

2.4.2 Demonstração do Fluxo de Caixa

Em 2010 a Demonstração do Fluxo de caixa era apresentada a partir do Lucro líquido do exercício e atualmente a sua apresentação é feita com base no Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social para um melhor alinhamento com a divulgação no modelo da CVM.

2.4.3 Demonstração do Valor Adicionado

Nos valores apresentados de 2010 os seguintes itens foram reclassificados:

(i) Créditos de PIS/COFINS no valor de R\$164.451 anteriormente apresentado como redução na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições Federais, passou a ser apresentado, retificando os Insumos adquiridos de terceiros em suas respectivas naturezas de gastos de origem.

(ii) Parcela de juros de benefícios pós-emprego no valor de R\$6.654 anteriormente apresentado na Distribuição do valor adicionado - Pessoal, passou a ser apresentada na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

(iii) Fiança bancária no valor de R\$ 907 anteriormente apresentado em Insumos adquiridos de terceiros - Outras despesas operacionais, passou a ser apresentado na rubrica de Remuneração de capitais de terceiros - juros.

3. Revisão tarifária de 2011

A ANEEL decidiu no dia 18 de outubro de 2011, manter as tarifas atuais da Companhia até a aplicação da nova metodologia do terceiro ciclo de revisão tarifária, ainda em análise. A decisão será consolidada por meio de resoluções homologatórias a serem publicadas no Diário Oficial da União.

O procedimento provisório para tratamento das tarifas das distribuidoras de energia elétrica com revisão tarifária periódica prevista para o ano de 2011 foi aprovado em abril, através da Resolução ANEEL n.º 433 de 12 de abril de 2011. A revisão da Companhia acontece a cada quatro anos

em 23 de outubro.

Após definição da metodologia do terceiro ciclo de revisões tarifárias, a Companhia terá 28 dias para apresentar as informações iniciais necessárias ao cálculo tarifário da revisão, exceto aquelas relativas à Base de Remuneração Regulatória, que continuam acompanhando a Resolução ANEEL n.º 342/2008.

A nova resolução determinará ainda a aplicação retroativa dos novos valores à data contratual das revisões tarifárias. A variação de receita decorrente da diferença entre as tarifas aplicadas no período provisório de vigência da revisão tarifária e as definidas na homologação dos resultados definitivos será calculada e compensada de acordo com o critério a ser definido pela ANEEL.

	31/12/2011	31/12/2010
Bancos conta movimento	103.068	107.460
Aplicações financeiras - renda fixa	88.586	256.626
Total	191.654	364.086

5. Consumidores e concessionárias

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD	Saldo líquido em 31/12/2011	Saldo líquido em 31/12/2010
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	68.321	49.986	22.356	140.663	(14.018)	126.645	110.289
Industrial	16.267	12.335	11.608	40.210	(8.999)	31.211	20.058
Comércio, Serviços e Outras Atividades	17.742	10.549	10.791	39.082	(4.588)	34.494	22.437
Rural	775	318	296	1.389	(75)	1.314	1.251
Poder Público							
Federal	2.434	80	133	2.647	(33)	2.614	2.812
Estadual	2.592	194	415	3.201	(384)	2.817	2.966
Municipal	4.077	3.179	7.256	14.512	(108)	14.404	7.548
Iluminação Pública	5.829	6.693	10.391	22.913	(1.784)	21.129	14.153
Serviço Público	5.493	7.509		13.002	(33)	12.969	19.553
Fornecimento não faturado	177.004			177.004		177.004	171.128
Parcelamentos de débitos	27.370	8.628	18.825	54.823	(26.000)	28.823	41.260
Ajuste a valor presente	314			314		314	1.502
	328.218	99.471	74.815	502.504	(56.022)	446.482	414.957
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	181		31	212		212	
Energia de curto prazo	4.636			4.636		4.636	3.938
Encargos de uso da rede elétrica	1.098	37	1.175	2.310		2.310	4.000
Outros							7.109
	5.915	37	1.206	7.158	-	7.158	15.047
Total Circulante	334.133	99.508	76.021	509.662	(56.022)	453.640	430.004
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial	8.206			8.206	(5.717)	2.489	6.418
Comércio, Serviços e Outras Atividades	18			18		18	54
Poder público							
Municipal							3
Parcelamentos de débitos	31.552			31.552		31.552	32.303
(-) Ajuste a valor presente	(6.356)			(6.356)		(6.356)	(10.087)
	33.420	-	-	33.420	(5.717)	27.703	28.691
Concessionárias							
Energia de curto prazo	10.442			10.442	(10.442)	-	
Piratininga	23.259			23.259	(2.180)	21.079	20.169
Eletropaulo	4.280			4.280	(119)	4.161	
	37.981	-	-	37.981	(12.741)	25.240	20.169
Total Não Circulante	71.401	-	-	71.401	(18.458)	52.943	48.860

5.1 Energia de Curto Prazo

Refere-se às transações de venda de energia realizadas no âmbito da CCEE.

Os valores de longo prazo compreendem basicamente a valores decorrentes do racionamento de energia elétrica ocorrido no período de junho de 2001 a fevereiro de 2002, relativo às interpretações das regras vigentes à época. Esses valores foram integralmente provisionados.

5.2 Concessionária - Piratininga

Os valores de R\$21.079 (R\$20.169 em 31 de dezembro de 2010) no Ativo Não circulante e de R\$21.079 (R\$19.335 em 31 de dezembro de 2010) no Passivo circulante e não circulante (Nota 10), referem-se a montantes a receber e a pagar, respectivamente, com a Companhia Piratininga de Força e Luz - Piratininga, em decorrência da cisão parcial da Bandeirante, realizada em 1º de outubro de 2001, conforme os termos estabelecidos no protocolo de cisão.

Não há discordâncias entre as partes sobre os saldos atualmente registrados, a receber e a pagar, que deverão ser oportunamente liquidados.

5.3 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2011 corresponde a 15,07% a.a. (15,07% a.a. em 31 de dezembro de 2010), afetando positivamente o resultado do exercício em R\$2.543 (positivamente em R\$2.337 em 2010).

5.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia efetuou, em junho de 2011, a revisão da metodologia dos critérios de apuração da Provisão para créditos de liquidação duvidosa, referente a acordos de parcelamentos de débitos de consumidores de baixa tensão. No critério anterior, uma provisão para créditos de liquidação duvidosa era constituída para fazer frente ao saldo integral do parcelamento, independentemente da situação de adimplemento ou não do consumidor, e a reversão da respectiva provisão ocorria quando do recebimento de cada parcela e no critério atual, para os consumidores totalmente adimplentes nos parcelamentos, nenhuma provisão é constituída. Em consequência, no resultado do exercício, foi revertido o montante de R\$10.697 em contrapartida a rubrica de Despesas operacionais com vendas. A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 27.5.

6. Impostos e contribuições sociais

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativo - Compensáveis				
Imposto de renda e contribuição social	140.982	113.634		
ICMS	64.972	21.770	21.317	19.481
PIS e COFINS	21.523	23.452		
PIS e COFINS - COSIT 27	1.870	40.614		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.481			
Outros	628	72		
Total	232.456	199.542	21.317	19.481
Passivo - a recolher				
Imposto de renda e contribuição social	100.230	80.572		
ICMS	90.718	119.091		
PIS e COFINS	29.336	32.881		
IRRF sobre juros s/ capital próprio	6.433	5.716		
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	16.193	22.860	29.688	34.291
Refis - conversão em renda			11.025	
Outros	3.856	4.464		
Total	246.766	265.584	40.713	34.291

6.1 ICMS

A variação de R\$43.201 na rubrica de ICMS - circulante, refere-se a aquisição de crédito de ICMS de terceiros para compensação com o pagamento do ICMS devido pelas operações de venda de energia. Esta operação está prevista no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo, Decreto n.º 54.249/09 em seu artigo 84 inciso II. O saldo a pagar ao fornecedor do crédito está apresentado na nota 10.

6.2 PIS e COFINS - COSIT 27

O saldo de R\$1.870 (R\$40.614 em 31 de dezembro de 2010) refere-se ao registro dos créditos extemporâneos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e da depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, que estão sendo compensados com débitos dessas contribuições. Em consonância com a Nota Técnica 115/2005 da ANEEL, a Companhia reconheceu um passivo circulante de igual montante, devolvido integralmente aos consumidores, no período de novembro de 2010 a abril de 2011, através da redução da alíquota efetiva de PIS/COFINS (Nota 10).

6.3 IRRF - Juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme legislação. Neste exercício foi retido o montante de R\$6.433.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 98,5% e 101,4% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.3.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	31/12/2011			31/12/2010	Resultado	
		IRPJ	CSLL	Total		2011	2010
Prejuízos Fiscais					3.418	(3.418)	(26.442)
Base Negativa da Contribuição Social					5.272	(5.272)	(9.528)
					8.690	(8.690)	(35.970)
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	76.539	19.135	6.889	26.024	24.080	1.944	1.342
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	154.929	38.732	13.944	52.676	26.756	25.920	1.082
Provisão para resultados de swap	2.451	613	221	834	4.512	(3.678)	(2.975)
Provisão para perdas em estoques	250	63	23	86	68	18	(160)
Provisão para bônus empregados					(13)	13	(307)
Total diferenças temporárias		58.543	21.077	79.620	55.403	24.217	(1.018)
Benefícios pós-emprego - PSAP							
Ágio incorporado	283.208	13.507	4.862	18.369	22.277	(3.908)	(679)
Diferenças Temporárias - RTT							
Consumidores - ajuste a valor presente	6.041	1.510	544	2.054	2.920	(866)	(794)
Encargos Financeiros - Recouponing	424	106	38	144	756	(611)	(678)
Emprést. e Financiamentos Moeda Estrangeira - MTM	258	65	23	88	7	81	146
Imobilizado em serviços - Intangíveis							(3)
Benefícios a empregados - CPC 33	40.138	10.035	3.612	13.647	16.494		393
Total diferenças temporárias - RTT		11.716	4.217	15.933	20.177	(1.396)	(936)
Total Ativos/Passivos Diferidos		154.568	55.645	210.213	209.117	3.944	(44.912)

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos do exercício de 2011, foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do exercício em R\$3.944 e a débito do Patrimônio Líquido em R\$2.847.

7.2 O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

7.3 O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo na aquisição de ações da Bandeirante, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL, está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de rentabilidade da exploração e o prazo de concessão da Companhia, o que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$6.018 até o ano de 2027 (Nota 14.1).

7.4 A projeção de resultados tributáveis futuros indica que a Companhia apresenta base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários no período como demonstrado. No entanto, quanto aos créditos relacionados ao PSAP e Ágio, mencionados nas notas 7.2 e 7.3, serão realizados financeiramente até 2017 e 2027, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

7.5 Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo, a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Não circulante
	48.703	84.225	57.131	10.067	9.999	50	38	210.213

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem das transações apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 31/12/2011	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	2011	2010
Outros Créditos										
Reembolso de gastos transversais referentes ao Projeto Aliança com a unificação da plataforma do sistema compartilhado	Enerpeixe	01/01/2007	Indeterminado		162	162				
Partes relacionadas										
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 07/12/2011				680			(6.760)
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	01/01/2011	01/01/2011 a 31/12/2014		108		176			(1.785)
Compartilhamento de gastos com pessoal, material e serviços de terceiros, aprovados pela ANEEL através dos despachos nº 2.194/97, nº 1.359/11, nº 1.598/11 e Resoluções Normativas nº 334/08 e nº 423/10	EDP Energias do Brasil	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			177		1		2.203
	Energest	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			159				3.954
	Enertrade	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			32				1.188
	Escelsa	19/10/2007	19/10/2007 a 07/12/2010			120		14		2.598
Reembolso de gastos transversais sendo substancialmente links de comunicação para acesso à rede compartilhada	Enerpeixe	01/07/2007	Indeterminado		475	475				
Termo de confissão de dívida entre o Instituto EDP e a Bandeirante, aprovado pela ANEEL através do despacho nº 3.821/11	Instituto EDP	01/10/2011	30/09/2014		838				29	
					1.421	963	856	15	(8.516)	9.943
Fornecedores										
Uso do sistema de transmissão	Evrecy	30/12/2002	30/12/2002 a 17/07/2025				9	15	(116)	(107)
Compra de energia elétrica	Enerpeixe	23/12/2002	01/10/2003 a 31/01/2016	173,25			18.707	19.340	(141.706)	(139.927)
	Enerpeixe	23/12/2002	01/10/2003 a 31/01/2016	169,30			6.817	6.826	(53.260)	(52.119)
	Energest	16/12/2004	01/01/2005 a 31/12/2012	79,71			79	63	(601)	(590)
	Energest	16/12/2004	01/01/2006 a 31/12/2013	89,50			59	62	(451)	(441)
	Energest	15/09/2005	01/01/2008 a 31/12/2015	106,92			58	62	(447)	(438)
	Energest	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	153,47			21	22	(163)	(155)
	Investco	01/08/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	126,84			148	133	(1.467)	(1.285)
	Investco	01/08/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04			4	19	(40)	(206)
	Lajeado Energia	09/11/2001	12/12/2001 a 31/11/2013	126,84			1.246	9.785	(4.628)	(14.159)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2008 a 31/12/2037	152,14			1	2	(14)	(15)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	153,47			6	9	(64)	(67)
	Lajeado Energia	01/03/2006	01/01/2009 a 31/12/2038	142,91			25	29	(209)	(219)
	Santa Fé	11/01/2007	01/01/2009 a 31/12/2038	162,88			45	46	(359)	(322)
							27.225	36.413	(203.525)	(210.050)
									(212.041)	(200.107)
					1.583	1.125	28.081	36.428		

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012. As discussões junto à ANEEL foram iniciadas para a elaboração de novos contratos que substituam os existentes.

b) Contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, que trata da distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

c) Os contratos de compra de energia elétrica são reajustados anualmente, sendo os de leilão reajustados pelo índice do IPCA e os contratos bilaterais pelo IGP-M.

8.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia são suas coligadas, exceto pela EDP - Energias do Brasil que é sua controladora.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração e Diretoria

Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

Diretoria

Remuneração Fixa: 78%

Remuneração Variável: 22%

Conselho Fiscal

Não se aplica

8.3.2 Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e Diretoria pagos pela Companhia no exercício de 2011 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	6 (*)	5 (**)	11
Remuneração fixa	34.848	2.193.399	2.228.247
Salário ou pró-labore	29.040	1.642.339	1.671.379
Benefícios diretos e indiretos (i)	n/a	115.205	115.205
Encargos sociais	5.808	435.855	441.663
Remuneração Variável	n/a	642.229	642.229
Bônus	n/a	510.198	510.198
Encargos sociais	n/a	132.031	132.031
Total da remuneração, por órgão	34.848	2.835.628	2.870.476

(n/a) = Não Aplicável

(*) Dos 6 membros do Conselho de Administração (5 titulares e 1 posição vaga), apenas 1 é remunerado. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é até R\$36.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(**) Dos 5 membros da Diretoria, 4 são remunerados, sendo que dos 5 membros 1 acumula 2 funções (Diretor Presidente e Diretor de Sustentabilidade). A remuneração anual global da Diretoria é até R\$3.000.000, para o período de abril de 2011 a março de 2012, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

8.3.3 Média de Remuneração e Encargos do Conselho de Administração e da Diretoria relativos ao exercício de 2011 (em R\$).

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	6	5
Valor da maior remuneração individual	2.904	82.973
Valor da menor remuneração individual	2.904	29.592
Valor médio de remuneração individual	2.904	59.076

9. Cauções e depósitos vinculados

Nota	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
6.4 e 21			63.369	115.442
Depósitos judiciais			516	356
Cauções e depósitos vinculados	149	362	63.885	115.798
Total	149	362		

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10. Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos a empregados	277	256		
Adiantamentos a fornecedores	2.960	16		
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 10.1)	138	31.092	18.453	
Dispêndios a reembolsar	5.316	5.313		
Serviços em curso (Nota 10.2)	61.825	39.056		
Serviços prestados a terceiros	3.934	3.132	7.031	11.149
Desativações e alienações em curso	4.415	11.310		
Compartilhamento de infraestrutura	1.353	1.126		
Outros	1.332	1.348		1.297
Total	81.550	92.649	25.484	12.446
Outras contas a pagar - Passivo				
Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos	12.104	11.004		
Contribuição de iluminação pública	1.785	1.541		
Valores a pagar à CPFL - Piratininga		382	21.079	18.953
Valores a pagar à Eletropaulo			4.161	
Credores diversos - consumidores	9.320	8.600		
Credores diversos - concessionárias		4.161		
Folha de pagamento	1.785	1.581		
Modicidade tarifária - baixa renda (Nota 10.1)	3.483	15.200	10.017	
Cessão de créditos de ICMS (Nota 6.1)	44.273	1.267		
Valores a pagar TVs a Cabo e Telefonia	2.928	2.985		
Devolução PIS/COFINS COSIT 27 (Nota 6.2)		25.108		
Outras	4.845	6.203	766	1.080
Total	80.523	78.032	36.023	20.033

10.1 Modicidade tarifária - baixa renda

Em atendimento ao Termo de Notificação nº 1.091, de 18 de novembro de 2005 da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, no qual o Órgão Regulador determinou a revisão de critérios de cadastramento de clientes enquadrados na modalidade Baixa Renda, a Companhia registrou no exercício de 2008 o montante de R\$47.640 referente a valores a devolver aos consumidores das tarifas cobradas a maior. No exercício de 2010 foi efetuada a revisão da base de enquadramento e em decorrência dessa nova base a posição inicial passou a ser de R\$29.698. A devolução passou a ser efetuada a partir de março de 2009 e o saldo a devolver aos consumidores em 31 de dezembro de 2011 é de R\$13.500 (R\$15.200 em 31 de dezembro de 2010). Considerando que a legislação e regulamentação dessa matéria prevêm o ressarcimento desses valores através do mecanismo da subvenção econômica, a Companhia efetuou concomitantemente o registro do valor a receber. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi efetuada a reversão de parte do valor a receber no montante de R\$11.245, a débito da Receita, associados a valores que não serão ressarcidos pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. O saldo a receber, quando da devolução total aos clientes em 31 de dezembro de 2011 é de R\$18.453 (R\$29.698 em 31 de dezembro de 2010).

No caso de clientes inativos estão sendo tomadas as medidas para identificar a sua localização e efetuar a devolução.

10.2 Serviços em curso

O saldo de R\$61.825 em 31 de dezembro de 2011 (R\$39.056 em 31 de dezembro de 2010) é composto por gastos com os projetos em andamento dos programas de Eficiência energética e Pesquisa e desenvolvimento, instituídos pelas resoluções nºs 300/2008 e 316/2008, respectivamente, cuja realização se dará a débito do Passivo Circulante de Encargos regulamentares e setoriais quando do encerramento do projeto (Nota 20.2) no valor de R\$60.356 em 31 de dezembro de 2011 (R\$37.830 em 31 de dezembro de 2010) e de custos dos serviços prestados a terceiros e próprios, incluindo gastos com pessoal, material e serviços, na execução dos serviços prestados pela Companhia, relacionados diretamente ao objeto da concessão e que são apurados e registrados por meio do sistema de Ordens em Curso no valor de R\$1.469, em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.226 em 31 de dezembro de 2010).

11. Ativo financeiro indenizável

O saldo de R\$188.432 em 31 de dezembro de 2011 (R\$135.379 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a crédito a receber do Poder Concedente devido ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Este ativo financeiro reflete o saldo remanescente do ativo intangível não amortizável após o final do prazo de concessão e é calculado com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão, que serão reversíveis no final da concessão. O registro contábil desse ativo financeiro foi em contrapartida do ativo não circulante na rubrica Intangível.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Saldo em	Transferências de intangível	Baixas	Saldo em
	31/12/2010			31/12/2011
Ativo financeiro indenizável	135.379	57.817	(4.764)	188.432
	135.379	57.817	(4.764)	188.432

12. Propriedades para investimentos

O saldo de R\$3.053 em 31 de dezembro de 2011 (R\$3.053 em 31 de dezembro de 2010), refere-se aos investimentos em terrenos e imóveis, que não fazem parte da atividade operacional da Companhia e pela qual se auferem uma renda. São avaliados ao custo de aquisição.

13. Imobilizado

Refere-se aos ativos tangíveis não vinculados à infraestrutura da concessão e o saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$136 (R\$173 em 31 de dezembro de 2010). No exercício o valor da depreciação foi de R\$37.

14. Intangível

	31/12/2011			31/12/2010		
	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de concessão -						
Infraestrutura						
Em serviço	2.226.226	(1.320.925)	905.301	2.087.121	(1.256.938)	830.183
Em curso	123.680		123.680	178.210		178.210
Atividades não vinculadas à concessão						
Ágio na incorporação de sociedade controladora	460.584		460.584	460.584		460.584
(-) Provisão para manutenção de dividendos	(460.584)		(460.584)	(460.584)		(460.584)
Amortização da provisão para manutenção de dividendos	177.376		177.376	158.906		158.906
(-) Amortização acumulada do ágio	(177.376)		(177.376)	(158.906)		(158.906)
	2.349.906	(1.320.925)	1.028.981	2.265.331	(1.256.938)	1.008.393

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Valor líquido	Juros Capitalizados	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortizações	Baixas	Valor líquido
	31/12/2010					Ingressos
Intangível em serviço						
Direito de concessão -						
Infraestrutura	830.183		180.440	(89.226)	(16.096)	905.301
Intangível em curso						
Direito de concessão -						
Infraestrutura	178.210	174.082	10.743	(238.257)	(1.098)	123.680
Total Intangível	1.008.393	174.082	10.743	(57.817)	(17.194)	1.028.981

A Companhia procede a testes de redução ao valor recuperável relativamente ao ativo da concessão sempre que eventos ou circunstâncias indiquem que o valor contábil excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida no resultado.

A taxa média anual aplicada no exercício de 2011 para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 11,10%, que representa a taxa efetiva do empréstimo.

14.1 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora

O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade da exploração da concessão pelo prazo de concessão da Companhia.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

15. Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2011	31/12/2010
Suprimento de energia elétrica	171.674	161.559
Energia livre	29.455	26.388
Encargos de uso da rede elétrica	46.970	43.013
Operações CCEE	19.201	16.264
Materiais e serviços	58.173	55.405
Total	325.473	302.629

15.1 Energia livre

A ANEEL, através da Resolução Normativa nº 387, de 15 de dezembro de 2009, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1, de 12 de janeiro de 2004.

Por meio do Despacho ANEEL nº 2.517, de 26 de agosto de 2010, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal que deveria ter sido liquidado até

30 de setembro de 2010.

O pagamento por parte da Companhia encontra-se suspenso por determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região até que o pedido de liminar formulado nos autos do Mandado de Segurança 91.2010.4.01.3400, impetrado pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADÉE, seja apreciado pelo juízo da 15ª Vara Federal do Distrito Federal.

O passivo está sendo atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$3.067 em contrapartida a despesa financeira (R\$11.414 em 2010).

16. Debêntures

3ª emissão de debêntures

Em 1º de março de 2006 foi promovida a terceira emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie sem garantias (quirografia), não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foi lançado o total de 25 mil debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$250.000, com prazo de vigência de 5 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 3 anos para amortização do principal, sendo a primeira amortização, de 1/3, em 1º de março de 2009, a segunda, de 1/3, em 1º de março de 2010 e a terceira, de 1/3, liquidada em 1º de março de 2011.

4ª emissão de debêntures

Em 1º de julho de 2010, a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures simples, da forma escritural e nominativa, em série única, para subscrição pública, da espécie subordinada, não conversíveis em ações, com ausência de cláusula de opção de repactuação.

Foi emitido o total de 39 mil debêntures, de valor nominal unitário de R\$10.000,00, com subscrição integral no valor total de R\$390.000, com prazo de vigência de 6 anos, pagamento de juros remuneratórios semestrais e período de carência de 4 anos para amortização do principal, cujo vencimento final dar-se-á em 1º de julho de 2016, sendo a primeira amortização em 1º de julho de 2014.

A título de remuneração sobre o valor nominal das debêntures, incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP (Taxa DI), capitalizada de um *spread* ou sobre taxa de 1,50% a.a., com base em 252 dias úteis (acréscimo sobre a Taxa DI), conforme definido no procedimento de *bookbuilding*, incidentes sobre o valor nominal unitário e, imediatamente, após a primeira data de amortização das debêntures, ao saldo do valor nominal unitário e pagos ao final de cada período de capitalização, de acordo com a fórmula estabelecida na escritura de emissão. O pagamento da remuneração está sendo realizado semestralmente a partir da data de emissão, assim, o primeiro pagamento ocorreu em 1º de janeiro de 2011, e os demais pagamentos devidos no dia 1º dos meses de janeiro e julho de cada ano, até a data de vencimento. Os recursos objetivaram o alongamento do perfil do endividamento da Companhia, redução dos seus custos financeiros e diversificação das suas fontes de financiamentos.

O contrato apresenta as cláusulas prevendo rescisões nas seguintes hipóteses:

- descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;
- vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$400.000,00, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;
- cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei 6.404;
- distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e
- descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano.

Vencimento das parcelas do Não circulante:

Ano	Valor
2014	76.872
2015	155.732
2016	155.946
Total	388.550

A mutação das debêntures no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Pagamentos de juros de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante	109.245	(83.333)	(52.634)	51.498	(549)	598	24.825
	109.245	(83.333)	(52.634)	51.498	(549)	598	24.825
Não circulante	388.001	-	-	-	549	-	388.550
	388.001	-	-	-	549	-	388.550

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos *covenants* previstas nos contratos de debêntures.

17. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	31/12/2011			31/12/2010		
	Encargos Não Circulante	Circulante	Principal	Encargos Não Circulante	Circulante	Principal
Moeda estrangeira						
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	19		3.052	84	10.801	2.711
Amortização do custo da transação			(240)		(1.438)	(240)
	19	-	2.812	-	84	2.471
Moeda nacional						
Eletrobrás	7		5.227	17.232		4.775
Cédula de Crédito Bancário	335		20.400	20.400	492	20.400
Nota de Crédito Comercial		1.800		30.000		
BNDES - Banco do Brasil	59		5.937	8.905	82	5.937
BNDES - Banco Santander	59		5.937	8.905	82	5.937
BNDES - BB/CALC						
	320		18.219	84.718	725	8.396
	780	1.800	55.720	170.160	1.381	45.445
Resultado dos Swaps						
Banco Citibank			1.831			6.868
Banco JP Morgan			879			4.078
			2.710			10.946
	799	1.800	61.242	170.160	1.465	65.754

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

Contrato de financiamento externo com participação de consórcio de bancos brasileiros, portugueses e espanhóis, firmado em 5 de março de 2004, no montante de US\$100 milhões, liberado durante o exercício de 2004, com carência de 2 anos para início de pagamento do principal e com vencimento final em até 8 anos, sendo:

(i) Tranche "A" - US\$38,9 milhões, com principal vincendo trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2012, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4,375% a.a., vincendo trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004; e

(ii) Tranche "B" - US\$61,1 milhões, com principal vincendo trimestralmente no período de 15 de maio de 2006 a 15 de fevereiro de 2009, remunerado por juros calculados pela taxa Libor acrescida de 4% a.a., vincendo trimestralmente a partir de 15 de maio de 2004. Operação liquidada em 15 de fevereiro de 2009.

Este financiamento é destinado a projetos de investimento, com garantia nos recebíveis da Companhia pelo fornecimento de energia elétrica, com estabelecimento de *covenants* (dívida total em relação à dívida total mais patrimônio líquido, dívida total em relação ao EBITDA e índice de cobertura do serviço da dívida, entre outros não financeiros), integralmente atendidos até o momento, cujo descumprimento poderia resultar, parcial ou integralmente, em até a antecipação do vencimento do contrato.

Para este empréstimo foram realizadas operações de *swap* cambial, com característica de *hedge*, junto ao Banco J.P. Morgan S.A., em 15 de março de 2004 e o Banco Citibank S.A., em 13 de novembro de 2003, para troca de encargos originais do financiamento junto ao BID, por remunerações baseadas no intervalo de 98% a 109,7% do CDI e 97,94% a 118,94% do CDI, respectivamente, com vencimento nas mesmas datas do contrato de financiamento. Essa operação financeira está valorizada pelo valor justo, conforme descrito na nota 27 (Instrumentos financeiros).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Banco Europeu de Investimento (BEI)

A Companhia celebrou contrato de empréstimo com o Banco Europeu de Investimento (BEI) no dia 19 de março de 2010. O BEI aprovou linha de crédito de até R\$ 45 milhões para ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Companhia. O empréstimo também será utilizado para a manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.

A Companhia compromete-se a manter anualmente o indicador Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5. O contrato prevê saques em USD ou EURO conforme solicitação do tomador. No caso de saques em USD, será efetuada uma equivalência para apurar o montante liberado em EURO. Em 17 de fevereiro de 2012 ocorreu a 1ª liberação de recursos (Nota 30.4).

Eletrobrás**Programa Reluz**

A Companhia celebrou Contratos de Financiamento para cobertura financeira dos custos totais relativos a projetos de Melhoria do Sistema de Iluminação Pública para os Municípios de Aparecida, Taubaté, Guarulhos, Suzano, Guaratinguetá e Mogi das Cruzes, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - ReLuz, no valor total contratado de R\$24.410. Os programas são financiados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás e pelos municípios respectivos, na proporção de 75% e 25%, respectivamente, sendo que os recursos liberados até 31 de dezembro de 2011 somam R\$21.727. Sobre o principal dos contratos incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1,0% a.a., incorporados mensalmente durante o período de carência. Após a carência a taxa de administração passa a ser de 1,5% a.a. pagos mensalmente junto com o principal e juros em 60 parcelas mensais. As dívidas são garantidas por vinculação de receitas e notas promissórias. O saldo devedor, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$14.679.

Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

A tabela abaixo indica as principais características de cada linha de crédito concedida:

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor Liberado	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECF 2617/07	09/04/2007	608	608	de 30/05/2008 a 30/04/2013	30/04/2013	167
ECF 2656/07	12/12/2007	3.911	3.594	de 30/03/2009 a 28/02/2014	28/02/2014	1.566
ECF 2657/07	12/12/2007	10.036	9.919	de 30/05/2010 a 30/04/2015	30/04/2015	6.665
ECF 2658/07	12/12/2007	2.946	2.449	de 30/03/2009 a 28/02/2014	28/02/2014	1.068
ECF 2779/09	18/03/2010	3.517	2.651	de 30/08/2012 a 30/07/2017	30/07/2017	2.664
ECF 2800/09	27/05/2010	3.392	2.506	de 30/07/2012 a 30/07/2017	30/07/2017	2.549
Total		24.410	21.727			14.679

Programa Luz para Todos

A Companhia celebrou dois Contratos de Financiamento e Concessão de Subvenção com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do seu Programa Luz para Todos, que integra o Programa de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica - "Luz para Todos" do Ministério de Minas e Energia, correspondente a 85% do custo total das respectivas obras. Sobre o valor do principal incide juros de 5% a.a. e taxa de administração de 1% a.a., pagos em 120 parcelas mensais com garantia de vinculação da receita própria e notas promissórias. Até 31 de dezembro de 2011 foram liberados valores no montante de R\$14.487. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2011 é de R\$7.787. Sobre o saldo não desembolsado dos contratos incide uma comissão de reserva de crédito de 1% a.a., vencível no dia 30 de cada mês, até o encerramento do crédito.

A tabela abaixo indica as principais características de cada linha de crédito concedida:

Contrato nº	Data	Valor do Financiamento	Valor da Subvenção Econômica	Valor Liberado	Valor da Liberação Subvenção	Amortização de Principal	Vencimento	Saldo Devedor em 31/12/2011
ECFS 019/04 (1ª etapa)	28/05/2004	11.523	1.773	9.342	1.437	de 30/08/2006 a 30/07/2016	30/07/2016	4.883
ECFS 184/07 (2ª etapa)	25/06/2007	12.359		3.708		de 30/11/2009 a 30/10/2019	30/10/2019	2.904
Total		23.882	1.773	13.050	1.437			7.787

Cédulas de Crédito Bancário

Contratos firmados em 5 de dezembro de 2006, no valor total de R\$102.000, sendo R\$51.000 firmado junto ao Banco do Brasil S.A. e R\$51.000 junto ao Banco Santander Banespa S.A. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 105% da variação do CDI, capitalizados diariamente. Principal vencível em 5 parcelas anuais sendo a 1ª em 5 de dezembro de 2009 e a última em 5 de dezembro de 2013 e juros semestrais vencidos a partir de 5 de junho de 2007 até 5 de dezembro de 2013. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida Bruta/EBITDA em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. As condições são idênticas para ambas as instituições financeiras. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$41.135.

Nota de Crédito Comercial - Banco do Brasil

Contrato firmado em 22 de junho de 2011, no valor de R\$30.000 na modalidade de Crédito Agroindustrial, liberados integralmente em 22 de junho de 2011. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 100% do CDI. Principal e juros a vencer em uma única parcela, em 6 de junho de 2014. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$31.800.

A mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2010	Ingressos	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Juros capitalizados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2011
Circulante											
Empréstimos e financiamentos	56.273		(57.844)	(19.179)	18.562	(53)	59.777		1.438	357	59.331
Swaps	10.946		(6.738)	(5.247)	1.492		2.481	136		(360)	2.710
	67.219		(64.582)	(24.426)	20.054	(53)	62.258	136	1.438	(3)	62.041
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos	168.175	61.707			1.800	53	(59.777)			2	171.960
Swaps	2.345				31		(2.481)	104		1	663
	170.520	61.707			1.831	53	(62.258)	104		3	171.960

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores, como segue:

18.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão**18.1.1 Planos de Benefício definido e Contribuição variável**

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
BSPS - Reservas a amortizar	18.317	19.245	75.851	93.998
Programas assistenciais			6.867	6.867
	18.317	19.245	82.718	100.865

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", a partir de 1º de junho de 2011, a gestão do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998. O valor de R\$94.167, apurado em 31 de dezembro de 2011 corresponde à parcela de benefícios excedente aos ativos do plano. Parte do compromisso está sendo liquidado financeiramente em 240 meses, contados a partir de setembro de 1997, com base em percentual sobre a folha de salários, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima.

Este plano esteve vigente até 31 de março de 1998, possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é da Companhia.

(ii) Planos de Benefícios Misto - BD e CD

• Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano é paritária entre a Companhia e os participantes.

• Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a poder gerar responsabilidade atuarial à Companhia.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

BNDES contrato nº 88.425 / Agente Banco do Brasil

Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, no valor total de R\$35.513, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco do Brasil, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida financeira bruta / EBITDA, em índice não superior a 3,5 atendido até este momento. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$14.901.

BNDES contrato nº 88.425 / Agente Banco Santander

Assinado em dezembro de 2007, destinados à implantação do Programa de Investimentos de maio de 2006 a dezembro de 2007, no valor total de R\$35.513, sendo a 1ª liberação em fevereiro de 2008, no valor de R\$16.146 e a 2ª liberação em maio de 2008, no valor de R\$19.367, com recursos do BNDES (FINEM/FINAME) através do Banco Santander, amortizável em 72 parcelas mensais, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2008 e a última em 15 de junho de 2014, com juros de 3,3% a.a., indexados à TJLP. Garantia com vinculação de receitas equivalentes a 130% do valor da maior prestação de financiamento. Esta operação estabelece *covenant* da relação Dívida financeira bruta / EBITDA, em índice não superior a 3,5, atendido até este momento. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$14.901.

BNDES / CALC

Assinado em 29 de janeiro de 2009, abertura de crédito rotativo, sob a modalidade de Contrato de Abertura de Limite de Crédito - CALC, em conjunto com as coligadas Espírito Santo Centrais Elétricas S.A., e a Energest S.A., como beneficiadoras do crédito, e tendo como interveniente a EDP - Energias do Brasil celebraram Contrato de Financiamento CALC, no montante total de R\$900.000, tendo por finalidade a realização de investimentos nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia. A EDP - Energias do Brasil é fiadora e solidariamente responsável pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato. Trata-se de uma modalidade de financiamento direto (sem intermediação de um agente financeiro), criada pelo BNDES em 2005, que visa simplificar os procedimentos de acesso a linhas de financiamento para empresas ou grandes grupos que representem baixo risco de crédito.

Para a Companhia o montante aprovado foi de R\$153.283, com a finalidade de implantação de seu programa de investimentos de 2008 a 2010 em expansão, modernização e melhorias no sistema de distribuição de energia elétrica. Os recursos aprovados ficam disponíveis para saque durante 60 meses.

A 1ª liberação efetuada para a Companhia, no valor de R\$86.364, ocorreu em 23 de dezembro de 2009, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,50% a.a., vencíveis a partir de 17 de fevereiro de 2010 trimestralmente durante a carência e mensalmente após esse período.

A 2ª liberação para a Companhia, no valor de R\$5.640, ocorreu em 28 de abril de 2011, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam entre 2,32% e 3,32% a.a. acima da TJLP e juros fixos de 4,5% a.a., vencíveis mensalmente a partir de 16 de maio de 2011.

A 3ª liberação para a Companhia, no valor de R\$2.662, ocorreu em 13 de maio de 2011, sendo amortizável em 72 meses e com período de carência de amortização e juros até 15 de maio de 2011, vencendo-se a primeira prestação e juros em 15 de junho de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros fixos de 4,5% a.a.

A 4ª liberação efetuada para a Companhia, no valor de R\$10.000, ocorreu em 28 de julho de 2011, sendo amortizável em 70 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de agosto de 2011 e a última em 15 de maio de 2017, com juros que variam de 2,32% a 3,32% a.a. acima da TJLP.

A 5ª liberação efetuada para a Companhia, no valor de R\$8.250, em parcelas de R\$4.000 e R\$4.250, ocorreu em 25 de novembro de 2011, sendo amortizável em 72 meses, vencendo-se a primeira prestação em 15 de julho de 2013 e a última em 17 de junho de 2019, com juros que variam de 2,21% a 3,32% a.a. acima da TJLP. A dívida é garantida por vinculação de parcela de receita da Companhia proveniente da receita de energia elétrica, no valor equivalente a, no mínimo, 130% do valor da maior prestação do financiamento, incluindo principal, juros e demais acessórios definidos no contrato. O saldo devedor deste contrato, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$103.257.

O vencimento de cada subcrédito a ser liberado às beneficiárias deverá ocorrer no prazo máximo de 120 meses, sendo que as beneficiárias se obrigam, nos termos do contrato, a utilizar o total do crédito no prazo de cinco anos a contar de sua data de assinatura.

O contrato apresenta hipóteses usuais de inadimplimento. As beneficiárias se obrigam a, durante todo o prazo de vigência dos respectivos financiamentos, manter o indicador Dívida Bruta/EBITDA menor ou igual a 3,5. Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos):

Vencimento	Tipo de moeda		
	Nacional	Estrangeira	Total
Circulante			
2012	56.500	5.541	62.041
	56.500	5.541	62.041
Não circulante			
2013	56.577		56.577
2014	61.340		61.340
2015	22.068		22.068
2016	20.957		20.957
2017	9.245		9.245
2018	1.110		1.110
2019	663		663
	171.960		171.960
Total	228.460	5.541	234.001

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2011 demonstrou que nos Planos do tipo Benefício definido o valor presente das obrigações atuariais, líquido do valor justo dos ativos, apresenta-se deficitário, conforme demonstrado a seguir na conciliação dos ativos e obrigações do plano com o passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

	2011			2010		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(486.439)	373.195	(113.244)	(430.120)	354.080	(76.040)
Custo do serviço corrente	939		939	1.664		1.664
Custo dos juros	(51.189)		(51.189)	(47.185)		(47.185)
Rendimento esperado dos ativos		43.453	43.453		40.638	40.638
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(73.990)	82.364	8.374	(32.761)	(17.794)	(50.555)
Contribuições pagas pela Companhia		17.500	17.500		18.234	18.234
Contribuições pagas pelos empregados	(1.766)	1.766	-	(2.033)	2.033	-
Benefícios pagos pelo plano	25.525	(25.525)	-	23.996	(23.996)	-
Saldo final reconhecido	(586.920)	492.753	(94.167)	(486.439)	373.195	(113.244)
Valor presente das obrigações atuariais	(586.920)	492.753	(94.167)	(486.439)	373.195	(113.244)

O retorno real dos ativos do plano no exercício cresceu substancialmente por valorização daqueles ativos, apurado na avaliação atuarial efetuada em 30 de junho de 2011.

A perda atuarial de R\$73.990 no valor presente das obrigações apurada na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2011 foi decorrente principalmente da revisão das premissas de crescimento salariais futuros utilizados nesta avaliação. Em 2010, houve perda atuarial de R\$32.761.

As contribuições da Companhia esperadas para este plano para o exercício de 2012 são de R\$18.316.

A despesa líquida com os Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão da Bandeirante - PSAP/Bandeirante, reconhecida no resultado de 2011 e 2010 em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego, tem a seguinte composição:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	1.207	1.064
Custo dos juros	51.189	47.185
Rendimento esperado dos ativos	(43.453)	(40.638)
Contribuições esperadas dos empregados	(2.146)	(2.728)
Total	6.797	4.883

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo em 31 de dezembro de 2011 de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$26.492 (R\$32.019 de perda atuarial em 31 de dezembro de 2010).

Abaixo está apresentada a análise histórica de ajustes na situação do plano decorrentes de Ganhos e perdas atuariais:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.3.1 Reservas de capital - Doações e subvenções para investimento

Constituídas originalmente na Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A., tendo sido vertidas na proporção do patrimônio líquido no processo de cisão realizada pela referida antecessora, ocorrido a partir de 1º de janeiro de 1998, e que deu origem ao início das operações da Companhia.

Essas reservas de capital foram constituídas basicamente por:

(i) Despesa de remuneração das imobilizações em curso

Decorrentes da contabilização da remuneração da parcela de capital próprio incorporado ao custo do ativo imobilizado em curso, com amparo na regulamentação e Plano de contas contábil setorial vigente e, principalmente, através da Portaria DNAMEE 250/85, de 12 de dezembro de 1985, tendo sido registrada em contrapartida à rubrica de Reservas de capital no patrimônio líquido; e

(ii) Conta de resultados a compensar - CRC

A Conta de resultados a compensar teve origem na contabilização de crédito relativo aos efeitos do reconhecimento ao direito da compensação dos déficits de remuneração setorial mínima assegurada e que foi reconhecida quando da mudança do regime de remuneração das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, que substituiu o regime do custo do serviço para o atual modelo de remuneração e controle pelos preços. Com amparo na Lei 8.631 de 4 de março de 1993, essa contabilização foi efetuada em contrapartida à rubrica de Reservas de capital no Patrimônio líquido.

22.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2010	Ganhos	Perdas	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2011
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(32.019)	88.434	(80.060)	(2.847)	(26.492)
	(32.019)	88.434	(80.060)	(2.847)	(26.492)

22.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

23. Receita

	Nº de consumidores		MWh (*)		R\$	
	(*)					
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Fornecimento (**)						
Residencial	1.415.879	1.377.830	3.260.568	3.081.059	1.102.266	985.661
Industrial	11.348	10.721	3.194.680	3.226.408	843.522	798.335
Comercial	97.927	94.672	1.847.221	1.754.278	562.079	504.500
Rural	8.124	8.159	83.595	81.260	18.471	16.909
Poder público	8.373	8.339	304.642	294.409	96.026	87.520
Iluminação pública	2.184	1.884	304.070	302.090	56.394	53.579
Serviço público	1.224	1.210	271.959	259.994	59.245	52.800
Consumo próprio	137	99	4.382	4.709		
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos					(1.327.490)	(1.182.057)
Fornecimento não faturado					4.004	14.505
	1.545.196	1.502.914	9.271.117	9.004.207	1.414.517	1.331.752
Suprimento de energia elétrica	2	2	42.024	34.005	2.083	1.788
Energia de curto prazo			443.308	316.095	7.921	34.766
	2	2	485.332	350.100	10.004	36.554
Total	1.545.198	1.502.916	9.756.449	9.354.307	1.424.521	1.368.306
Disponibilização do Sistema de Distribuição	98	82	5.412.538	5.271.572	1.723.222	1.542.911
TUSD - outros	98	82	5.412.538	5.271.572	393.860	361.962
TUSD - clientes cativos					1.327.490	1.182.057
TUSD - não faturado					1.872	(1.108)
Outras receitas operacionais					47.744	34.748
Subtotal	1.545.296	1.502.998	15.168.987	14.625.879	3.195.487	2.945.965
(-) Deduções à receita operacional					(23.779)	(22.711)
P&D					(31.607)	(29.545)
Outros encargos					(194.012)	(142.115)
CCC					(143.424)	(126.435)
CDE					(17.201)	(16.672)
RGR					(374.566)	(348.692)
PI/COFINS					(139)	(342)
ICMS					(134)	(197)
ISS						
Subtotal	-	-	-	-	(784.862)	(686.709)
Receita	1.545.296	1.502.998	15.168.987	14.625.879	2.410.625	2.259.256

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

(**) As receitas de fornecimento e disponibilização de sistema de distribuição (TUSD) estão apresentadas líquidas de ICMS.

23.1 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

Até o 2º Ciclo de Revisões Tarifárias, a ANEEL considerava como "Outras Receitas" as receitas fruto do compartilhamento de infraestrutura e serviços cobráveis, conforme estabelecia a REN nº 234, de 31 de outubro de 2006.

Para o 3º Ciclo de Revisões Tarifárias, a ANEEL decidiu por ampliar o rol de receitas que passam a compor as "Outras Receitas" passíveis de compartilhamento para fins de modicidade tarifária. No caso da Companhia o 3º ciclo iniciou-se em 23 de outubro de 2011.

De acordo com o PRORET 2.7 - Outras Receitas, homologado pela REN nº 463/2011 a receita (líquida dos tributos incidentes e do percentual de 3,5% da receita) proveniente do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º Ciclo de Revisões Tarifárias, passam a ser contabilizadas como Obrigações Especiais em Curso, e por ocasião do 4º Ciclo de Revisões Tarifárias, 2015 no caso da Companhia, o valor acumulado nessa subconta até a data do laudo de avaliação dos ativos deverá ser transferido para a conta normal de Obrigações Especiais, quando, então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

No exercício foi registrado o montante de R\$7.287 referente ao período de 23 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 a débito da Receita Operacional e a crédito de Obrigações Especiais.

Não obstante a Companhia, por meio da ABRADDEE, contesta judicialmente o tratamento destas receitas (Nota 30.3).

24. Gastos operacionais

	2011		Despesas Operacionais				Total	Total Reclassificado
	Custo do serviço		Com Gerais e		Outras	Total		
	Com energia elétrica	De Prestado a terceiros	Com ven- das	Operacionais adminis- trativas				
Não gerenciáveis								
Energia elétrica comprada para revenda								
Moeda estrangeira - Itaípu	231.733					231.733	243.179	
Moeda nacional	946.019					946.019	860.260	
Encargos de uso da rede elétrica	369.460					369.460	358.367	
Taxa de fiscalização					6.139	6.139	5.631	
	1.547.212	-	-	-	6.139	1.553.351	1.467.437	
Gerenciáveis								
Pessoal, Administra- dores e Entidade de previdência privada	73.577	366		34.317		108.260	96.182	
Material	10.159	899		1.540		12.598	10.403	
Serviços de terceiros	86.852	1.665		53.590		142.107	121.911	
Depreciação				37		37	22	
Amortização	65.235			8.922		74.157	73.687	
Provisão p/créd. liq. duvidosa/ perdas líquidas			17.641			17.641	38.585	
Provisões para contingências					32.934	32.934	3.090	
Aluguéis e arrendamentos		43		3.062		3.105	2.013	
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					32.476	32.476	12.775	
Outras	17.364		373	9.002	51	26.790	23.945	
	- 253.230	2.930	18.014	110.470	65.461	450.105	382.613	
Total	1.547.212	253.230	2.930	18.014	110.470	71.600	2.003.456	

25. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	10.387	25.020
Varição monetária e acréscimo moratório da energia vendida	46.041	41.681
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada		1.992
Atualização monetária depósitos judiciais	8.299	
Atualização monetária depósitos judiciais - REFIS	563	14.830
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	4.272	8.389
Descontos obtidos	351	
Ajustes a valor presente	2.543	2.337
Outras receitas financeiras	9.521	7.081
	81.977	101.330
Despesas financeiras		
Varição monetária e acréscimo moratório da energia comprada	(146)	(57.589)
Encargos de dívidas	(62.891)	(3)
Varições monetárias moeda nacional	(1)	(72)
Varições monetárias moeda estrangeira	(8.959)	(1.261)
Juros e multa sobre ICMS	(1.165)	(3.075)
Operações de swap e hedge	(58.820)	(6.185)
Atualizações monetárias das contingências judiciais	(3.067)	(11.414)
SELIC - Energia Livre	(8.987)	(5.445)
Atualizações monetárias - REFIS (Nota 6.4)	(239)	(429)
Marcação a mercado - MTM	(7.853)	(6.654)
Benefícios pós-emprego	(16.604)	(14.087)
Outras despesas financeiras	(169.993)	(104.953)
	(88.016)	(3.623)
Total		

26. Imposto de renda e contribuição social

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes do IRPJ e CSLL	319.153	405.583	319.153	405.583
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(79.788)	(101.396)	(28.724)	(36.502)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(282)	(276)	(101)	(99)
Perdas indedutíveis	85	(2.751)	31	(990)
Multas indedutíveis	(17)	(13)	(6)	(5)
Despesas indedutíveis	(186)		(67)	
Gratificações a administradores	(172)	(127)	(61)	(46)
Pesquisa e desenvolvimento	243	409	87	147
Programa REFIS	(1.462)		(526)	
Juros sobre o capital próprio	10.723	9.526	3.861	3.429
Outros				
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(853)		(306)	
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	36	396	13	88
Adicional IRPJ	24	24		
Programa de Alimentação do Trabalhador	171	156		
Incentivo Cultural e Artístico	1.025	560		
Doações aos Fds. Direitos da Criança e do Adolescente		125		
Despesa de IRPJ e CSLL	(70.453)	(93.367)	(25.799)	(33.978)
Alíquota efetiva	22,07%	23,02%	8,08%	8,38%

27. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado ou por possuírem realização no curto prazo.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	191.654	364.086	191.654	364.086
Consumidores e concessionárias	453.640	430.004	453.640	430.004
Cauções e depósitos vinculados	149	362	149	362
Não circulante				
Ativo financeiro indenizável	188.432	135.379	188.432	135.379
Consumidores e concessionárias	52.943	48.860	52.943	48.860
Partes relacionadas	1.421	963	1.421	963
Cauções e depósitos vinculados	516	356	516	356
Total Ativo	888.755	980.010	888.755	980.010
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	325.473	302.629	325.473	302.629
Debêntures	24.825	109.245	24.825	109.245
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	59.922	53.037	59.331	56.273
Derivativos	2.710	10.946	2.710	10.946
Não circulante				
Debêntures	388.550	388.001	388.550	388.001
Empréstimos e financiamentos	166.084	159.967	171.960	168.175
Derivativos		2.345		2.345
Partes relacionadas	856	15	856	15
Total Passivo	968.420	1.026.185	973.705	1.037.629

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa, são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por rating de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A Companhia reconhece na rubrica

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para Consumidores e concessionárias, o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro da Companhia.

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados é apresentado pelo seu valor justo em razão de operações de participação em leilão de energia.

Os Derivativos, são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo através de políticas adotadas pela Administração da Companhia para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. Sua evidência está descrita na nota 27.6 de Instrumentos Financeiros derivativos. São compostos por *hedge* de fluxo de caixa da Companhia.

O saldo de Fornecedores é composto principalmente de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado e ainda, pelo fato deste saldo ter giro constante, não são aplicadas metodologias de valor justo para esta rubrica.

As Debêntures e os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL e sem conflitos de interesses, em condições reais de mercado contemplando apenas os valores devidos sem nenhum tipo de acréscimos.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	191.654		191.654	364.086		364.086
Ativo financeiro indenizável	188.432		188.432	135.379		135.379
Consumidores e concessionárias	506.583		506.583	478.864		478.864
Cauções e depósitos vinculados		665	665		718	718
Partes relacionadas	1.421		1.421	963		963
	696.436	191.654	665	888.755	615.206	364.086
						718
						980.010

	31/12/2011			31/12/2010		
	Valor justo por meio do resultado	Outros ao custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Outros ao custo amortizado	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores		325.473	325.473		302.629	302.629
Debêntures		413.375	413.375		497.246	497.246
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		231.291	231.291		224.448	224.448
Derivativos	2.710		2.710	13.291		13.291
Partes relacionadas		856	856		15	15
	2.710	970.995	973.705	13.291	1.024.338	1.037.629

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no exercício.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
 (b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
 (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado. A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo		
	Mercados idênticos		Mercados similares
	31/12/2011	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	191.654	103.068	88.586
	191.654	103.068	88.586
Passivos financeiros			
Circulante			
Derivativos	2.710		2.710
	2.710		2.710

27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia apresentados na nota 17, possuem como contraparte o BID, BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil e o Banco Santander. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP, CDI, IGP-M e variações no Dólar e Euro.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao IGP-M, à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações. Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente - para a Companhia - Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial a operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. A Companhia possui derivativos com efeito de *hedge* para controlar todas as exposições à variação cambial para essas obrigações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

27.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente. Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aginc cenário provável			Cenário (I) Provável	Cenário (II) Aumen- to do risco em 25%	Cenário (III) Aumen- to do risco em 50%	Cenário (IV) Redu- ção do risco em 25%	Cenário (V) Redu- ção do risco em 50%
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Aci- ma de 5 anos					
Instrumentos financeiros ativos	CDI	3.373	97	7	3.477	820	1.623	(839)	(1.697)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(42.346)	(95.366)		(137.712)	(28.694)	(56.746)	29.364	59.433
Instrumentos financeiros derivativos	CDI	(55) (39.028)	(95.269)	7	(55) (134.290)	(2) (27.876)	(3) (55.126)	2 28.527	4 57.740
Operação Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(7.198) (7.198)	(13.221) (13.221)	(336) (336)	(20.755) (20.755)	(3.381) (3.381)	(6.718) (6.718)	3.425 3.425	6.895 6.895
Operação Instrumentos financeiros passivos	US\$ + Libor	(47)			(47)	(1)	(3)	1	3
Instrumentos financeiros derivativos	US\$ + Libor	47			47	1	3	(1)	(3)

Os índices de CDI, TJLP, Libor 3M e US\$, considerados de 11%, 6%, 0,58% e 1,88, respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 17.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 17. Até 31 de dezembro de 2011 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Consumidores e concessionárias (Nota 5). A Companhia em 31 de dezembro de 2011 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados na nota 5 compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor a Companhia ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores, as regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração da Companhia.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos da Companhia, pode-se levar em face a composição de 12,82% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 5.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa a Companhia realiza métodos tradicionais de cobrança através de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. A Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

27.6 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura, somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os ganhos e perdas resultantes das oscilações durante o exercício contidas nos derivativos da Companhia foram registradas no resultado.

O valor justo dos derivativos da Companhia são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa.

	31/12/2011	31/12/2010
Ativo		
US\$ + Libor 4,375% a.a.		1.221
US\$ + Libor 4,375% a.a.		214
US\$ + Libor 4,375% a.a.		766
US\$ + Libor 4,375% a.a.		613
		2.814
Passivo		
104,69% do CDI		2.450
118,94% do CDI		816
109,70% do CDI		1.324
109,50% do CDI		934
		5.524
Total		(2.710)

Os efeitos de ganhos ou perdas com os derivativos praticados pela Companhia em 2011 são:

	Ganhos e perdas de instrumentos financeiros derivativos	
	Resultado financeiro	
	31/12/2011	31/12/2010
Derivativos com propósito de proteção		
Riscos cambiais		359
Riscos de taxas de juros	(1.763)	(3.143)
Total	(1.404)	(3.504)

O vencimento líquido dos derivativos segue demonstrado no quadro.

	Derivativos líquidos
2012	(2.710)
Receber/ (pagar)	(2.710)

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/2008, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados da Companhia durante o exercício assim como características principais do objeto contratado.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Esse detalhamento é demonstrado em quadro.

Descrição	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	Nocional US\$		Nocional R\$		Valor Justo		Efeitos no Resultado	
					31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Swap												
Ativo	Banco Citibank	19/03/2004	14/02/2012	Libor + 4,375% a.a.	651	3.244	1.897	9.451	1.221	5.477	403	242
Passivo				104,69% do CDI					2.450	11.973	716	1.755
									(1.229)	(6.496)	(313)	(1.513)
Ativo	Banco Citibank	14/12/2004	14/02/2012	Libor + 4,375% a.a.	244	1.216	676	3.368	214	2.055	8	91
Passivo				118,94% do CDI					816	4.036	545	659
									(602)	(1.981)	(537)	(568)
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,375% a.a.	407	2.027	1.174	5.848	766	3.439	187	152
Passivo				109,70% do CDI					1.324	6.442	522	994
									(558)	(3.003)	(335)	(842)
Ativo	Banco JP Morgan	05/04/2006	14/02/2012	Libor + 4,375% a.a.	325	1.622	846	4.223	613	2.751	150	121
Passivo				109,50% do CDI					934	4.562	369	702
									(321)	(1.811)	(219)	(581)
									(2.710)	(13.291)	(1.404)	(3.504)

28. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2011
Subestações	510.281
Prédios e conteúdos (próprios)	17.683
Prédios e conteúdos (terceiros)	53.454
Responsabilidade civil	48.556
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	91.902

29. Compromissos contratuais e Garantias**29.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos e outros passivos de longo prazo (que figuram nas demonstrações financeiras) e o restante das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	31/12/2011					
	Total	Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Dívidas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vencidos	17	647.376	86.866	372.589	187.258	663
Responsabilidades com locações operacionais		92.071	52.758	39.313		
Obrigações de compra		24.424.412	2.263.374	5.302.021	3.596.157	13.262.860
Licenças ambientais		25	25			
		25.163.884	2.403.023	5.713.923	3.783.415	13.263.523

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas demonstrações financeiras, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As dívidas de curto e longo prazos correspondem aos saldos de empréstimos e respectivos juros vencidos, contraído junto a entidades bancárias, empréstimos por obrigações não conversíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vencidos foram calculados considerando a taxa de juros em vigor em 31 de dezembro de 2011.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

29.2 Garantias**Tipo de garantia oferecida**

	31/12/2011	31/12/2010
Aval de acionista	37.805	35.502
Depósito Cauconado	665	718
Fiança Bancária	21.015	20.499
Garantias em recebíveis	138.452	117.624
Notas Promissórias	20.806	22.029
	218.743	196.372

Aval de Acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Depósito Cauconado: são depósitos mantidos em conta reserva em cumprimento aos contratos de financiamento firmados com as instituições financeiras.

Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo das garantias com fianças bancárias referem-se: (i) R\$10.836 de ações judiciais; (ii) R\$5.473 de ações tributárias; (iii) R\$4.219 de contratos de compra e venda de energia e R\$487 relativos a contratos de aluguel.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio Manuel Barreto Pita de Abreu Presidente	Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Vice-Presidente	Luiz Otávio Assis Henriques Conselheiro	Miguel Dias Amaro Conselheiro	Leandro da Silva Netto Conselheiro
---	---	---	---	--

DIRETORIA

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Diretor Presidente e Diretor de Sustentabilidade

Carlos Sérgio Salgueira Martins
Gestor Executivo de
Consolidação e Contabilidade

Francisco Alfredo Fernandes
Diretor Técnico e de Ambiente
Michel Nunes Itkes
Diretor Comercial

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Donato da Silva Filho
Diretor de Regulação

Elisa Saeko Ishizaka Turci
Gestora Operacional de Contabilidade
Técnica - CRC 1SP137290/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Bandeirante Energia S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Bandeirante Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores

e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bandeirante Energia S.A. em 31 de dezembro de

2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6
Carlos Augusto Pires
Contador CRC 1SP184830/O-7

Rosane Palharim
Contadora CRC 1SP220280/O-9